

# NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

991227716-3/11 DR/PR

AMAPAR

CORREIOS

ESTABELECIMENTO AUTORIZADO  
Pelo Conselho Superior de Correios e Telégrafos



**Amapar na luta  
contra o Dragão**



# VIII Congresso Estadual da Magistratura Paranaense em Porto de Galinhas!



28 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO

O QUE  
VOCÊ ESTÁ  
ESPERANDO



A **AMAPAR** estendeu os prazos e a bonificação de **R\$400** valerá até o fim das vagas disponíveis!

É possível consultar na agência os horários dos vôos disponíveis, que podem ser comprados com milhas ou diretamente dos sites de vendas.

4 dias e 3 noites (hospedagem + transfer)

**R\$1085<sup>\*\*</sup>,00**

\*\*Valor com bonificação válido apenas para o magistrado. Os acompanhantes pagam o valor integral. Duas crianças de até 12 anos não pagam.



## Sistema Summer Inclusive!

Restaurantes, bar da piscina, bar do lobby...  
Tudo incluso! Todas as refeições, petiscos, porções, coquetéis, bebidas (alcoólicas e não-alcoólicas), entre outros, já estão inclusos no pacote adquirido.

Mais informações pelo telefone **(41) 3017-1624** ou pelo site **www.amapar.com.br**



## Meus amigos,

Está na capa da revista: não tememos nada!

Que venham cavalos, tigres, dragões e nós sempre empunharemos a bandeira da magistratura. Já mostramos a nossa força contra a PEC 31, pois o movimento contrário iniciado no Paraná, a partir de reunião havida com o Senador Sérgio Souza, e depois, com as milhares de manifestações encaminhadas pelos magistrados, os parlamentares voltaram atrás, preferindo melhor discutir o projeto, já que não era consenso da magistratura. Mostramos, aliás, o que a esmagadora maioria dos magistrados não concorda com esse projeto e quer seja ele arquivado.

Do mesmo modo, nossa união também foi fundamental e determinante para o arquivamento de projetos de lei não interessantes aos juízes, como aquele da compactação de entrâncias e o da criação da entrância especial para o segundo grau. A manifestação geral em protesto às reformas pretendidas serviu de embasamento para que a comissão – especialmente criada para o fim de analisar o projeto – nos subsidiasse de elementos que convenceram o Presidente do Tribunal a deixar de todo essa ideia de completa reestruturação judiciária do Estado.

E não paramos aí, pois, graças ao bom trabalho da nossa equipe de jornalismo, comandada pelo jornalista Romulo Cardoso e dirigida pelo juiz Rogério Ribas, depois de figurarmos três vezes como finalistas, conquistamos o PREMIO AMB DE JORNALISMO, prêmio merecido pela grandeza da nossa Revista Novos Rumos, em especial a edição vencedora, que cobriu o Encontro Teuto Brasileiro de Criminologia e Política Criminal. Parabéns a todos nós!

Outro mérito paranaense foi o destaque que recebemos na imprensa nacional pelo volume de ações no julgamento de crimes de improbidade e contra a administração.

Portanto, a matéria de capa reflete bem que temos energia suficiente para nunca esmorecermos, nem desmoronarmos diante dos obstáculos. Vejam que estamos há mais de oito anos sem qualquer aumento salarial e as melhorias que vieram sob a alcunha de reposição inflacionária, nunca refletiram a perda do valor da moeda havida no tempo de sua real implementação. Há tempos estamos nessa briga e dela não vamos desistir. Apesar da crise salarial, tivemos algumas conquistas, e todas legítimas, calcadas na legislação corrente, e buscamos mais, a principal delas, o auxílio-moradia, cujo projeto já se encontra em tramitação perante o nosso Tribunal de Justiça, e esperamos logo seja em lei para que esse benefício, já garantido a outros tantos magistrados de diversos Estados, em breve, seja entre nós uma realidade.

No mais, fica aqui uma singela homenagem aos juízes do Paraná enaltecidos neste exemplar, os magistrados Fábio Brandão, Sérgio Kreuz e Marcio Geron, cujo trabalho e dedicação tem apresentado extraordinários e positivos efeitos junto da comunidade em que laboram.

Resta ainda saudar o ex-presidente da AMAPAR, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, pela eleição ao cargo mais alto da magistratura estadual, desejando a ele muita tranquilidade, paz e sorte na direção do nosso tribunal e que sua gestão seja repleta de conquistas.

E, por falar em vitórias, se falamos da força do Paraná, fica a reverência a toda a nossa magistratura de primeiro grau, que hoje ocupa o 4º lugar do país em produtividade, desejando que isso reflita positivamente nas eleições que se aproximam para a diretoria da AMB, coroando de êxito o trabalho e a garra do paranaense frente à magistratura nacional.

Boa leitura a todos!

**Fernando Ganem, Presidente.**

# Dr. Infância e Juv

*Filho de professora, o magistrado Fábio Ribeiro Brandão teve nos ensinamentos de sua mãe, em casa e nas salas de aula, os princípios basilares para despertar a vocação de bem atuar na área da Infância e Juventude. Desde antes de assumir como juiz de Direito, Brandão, ainda estagiário, despertou grande interesse por questões jurídicas relacionados às crianças e adolescentes. “Estou na Infância e Juventude há 14 anos. Eu sempre trabalhei na área até por incentivo da família, que sempre esteve envolvida com as causas. Eu sou filho de uma mãe professora, fui aluno dela e hoje vejo muito dos ensinamentos dela no que tento passar para as crianças e adolescentes. Foi uma grande incentivadora”, lembra o juiz.*

*Para o magistrado, que assumiu no final de julho deste ano o desafio de conduzir a Vara dos Adolescentes Infratores de Curitiba, após o destacável trabalho feito pela juíza Maria Roseli Guiesmann no local, a nova missão foi facilitada, sobremaneira, pela equipe que encontrou. Integrada e com bom fluxo de trabalho, como ele aponta. “O diferencial que pude presenciar trabalhando aqui é que o local, por todos os serviços estarem integrados, é muito mais do que uma vara, mas sim um centro de trabalho, que é a concretização do que sonhamos na área da Infância e Juventude”, acrescenta o juiz.*

## Destino: infância e juventude

“No começo foi uma consequência, depois foi uma opção. Foi um soma das duas coisas. Quando abria uma vaga, eu pedia. Por coincidência, calhava ser na área da Infância e Juventude. Em Guarapuava, por exemplo. Eu estava em Dois Vizinhos, na área da Infância, de matéria criminal, e a vaga que abriu foi em Guarapuava. Fui por antiguidade [critério] e era na área. Colombo, a mesma coisa. E aqui [Vara de Adolescentes Infratores da capital], eu já fazia parte do sistema, na coordenação da Infância e Juventude. Foi mais opção, pois já tinha despertado e vejo que é uma área que eu não quero sair mais. Eu só vou sair da “Infância” se me tirarem ou eu morrer, ou quando aposentar. Como relata um colega nosso, que sempre diz não existir áreas piores ou melhores, mas sim a pessoa certa na área em que ela se adapta. Eu me sinto mais útil nessa área. Já tive a experiência e admiro todas, mas eu me sinto desafiado para a área da Infância e Juventude”

## Paraná, referência

“Desde o passado. O Paraná sempre teve muitas pessoas abnegadas na área da Infância e Juventude. A primeira ideia para Comissão Estadual da Adoção surgiu no Paraná. Representantes do Judiciário e do Ministério Público do Paraná participaram

ativamente da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos pessoas que até hoje estão na área que participaram ativamente das tratativas para o diploma. A doutora Maria Roseli participou ativamente da lei do SINASE. Posso citar diversas pessoas, como os desembargadores Tufi Maron Filho, Moacir Guimarães, José Wanderlei Resende e Noeval de Quadros, todos eles já aposentados. Temos também, na ativa, o doutor Fabian Schweitzer e o desembargador Fernando Bodziak e o desembargador Ruy Muggiati. Só estou citando alguns nomes, claro. No Ministério Público temos o Olympio de Sá Sotto Maior Neto e tantos outros, como na OAB, além de representantes do Executivo e Legislativo que se destacam”.

## Área de iguais

“A Infância e Juventude é uma das poucas áreas em que, em 99% dos casos, não existe conflito entre partes. Todos estão remando para o mesmo lado. Não é como no processo tradicional, onde o juiz é o intermediador e existem as partes e seus interesses. Embora existam as partes, o resultado é voltado ao tutelado, à criança ou adolescente. Vejo como uma área de construção coletiva. O promotor está falando a mesma língua do juiz, que está falando a mesma língua do advogado. Isso que é bonito na área da Infância. O trabalho só cresce, não ocorre a disputa, pois é uma área de construção”.

# Juventude

*Fábio Brandão fala da paixão pela área em que atua por vocação, destino e coincidências*

## Estrutura de trabalho

“Sem nenhum demérito em relação à comarca anterior, de Colombo, mas, como atuo há nove anos na área da Infância e Juventude, portanto, foi, sem dúvida, uma grande satisfação vir para cá e sei que será um grande desafio. Agora, conto com uma estrutura melhor e com uma equipe muito integrada. Também destaco o trabalho realizado aqui pela juíza Maria Roseli Guiesmann, que foi espetacular. Portanto, eu me senti integrando uma equipe que já é muito bem formada, com fluxo muito bom de trabalho. O diferencial que pude presenciar trabalhando aqui é que o local, por todos os serviços estarem integrados, é muito mais do que uma vara, mas sim um centro de trabalho, que é a concretização do que sonhamos na área da Infância e Juventude, com os órgãos trabalhando no mesmo espaço físico. Nós dividimos o trabalho em duas grandes áreas, que está na proteção da criança e adolescente e na área da socioeducação, onde estão adolescentes em conflito com a lei. Nas duas áreas é espetacular que você consiga concretizar essa integração. Aqui, nós temos a Delegacia do Adolescente, o Centro Socioeducativo, o Ministério Público e Poder Judiciário, aliados às equipes técnicas de todos esses órgãos, que trabalham todos no mesmo local. Se o desafio é grande, por outro lado, o aparato que existe é equivalente”.

## Desafios

“O maior desafio que existe na área da Infância e

Juventude não está apenas no volume de trabalho. Mas em implementar a nova lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que entrou em vigor no ano passado, muito recente, e que trata da execução das medidas socioeducativas. Ela coloca desafios muito grandes para o mundo real do direito, por exemplo, em efetivar a medida socioeducativa no meio aberto. O difícil nesse meio da socioeducação é implementar a medida. O Judiciário é partícipe da construção do resultado com o adolescente. Nos preocupamos muito com o que ocorre com o adolescente após dada a sentença e com a medida já aplicada. A doutora Maria Roseli dizia que esse era o próximo desafio, pois a lei do SINASE é muito nova. Ela estava fazendo justamente essa transição para fazer valer a lei”.

## Química ideal para o ato infracional

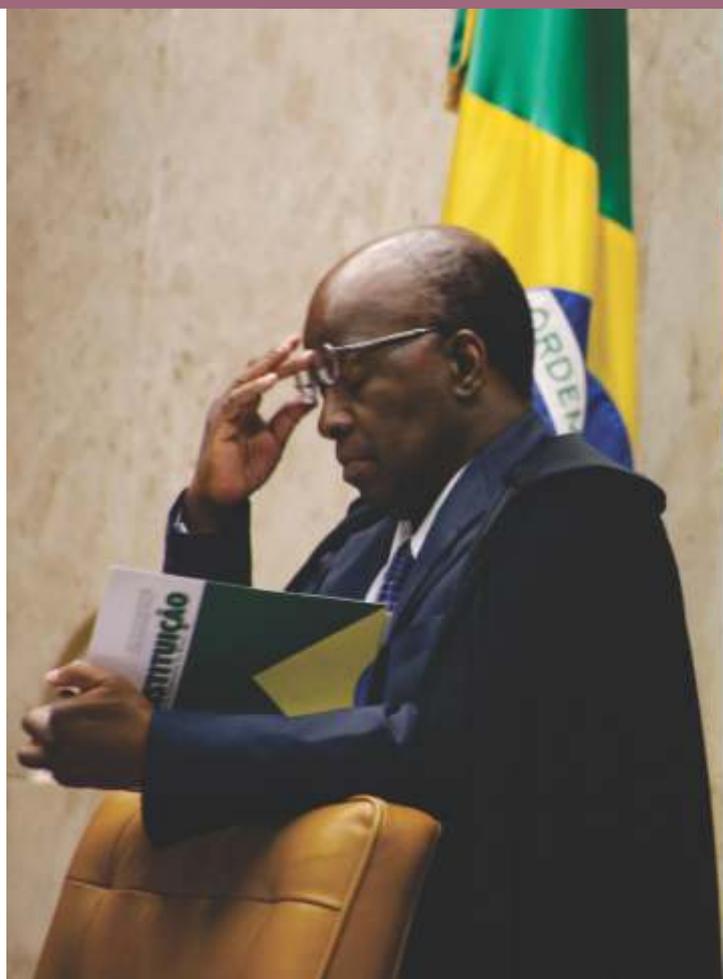
“Queremos monitorar melhor o adolescente do meio aberto, para ver se eles estão realmente cumprindo as medidas estabelecidas. Queremos verificar se estão na escola, se largaram as drogas, que são os maiores problemas – uso de entorpecente, abandono escolar, ausência da paternidade e família sem recursos financeiros, onde o pai não está lá e a mãe sai para trabalhar e o menino fica sozinho. Vejo como a química ideal para surgir um ato infracional, para se criar um delinquente. Na sociedade consumista, individualista, que quer ter as coisas que o outro tem, a mãe sem condições, o pai não paga pensão e tem como ‘família’ o vizinho do lado que é um marginal, que usa e vende drogas”.



## Barbosa pode?

Numa tentativa de constranger o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, associações de magistrados vão enviar uma consulta ao Conselho Nacional de Justiça questionando a possibilidade de um juiz de primeiro grau ser diretor de empresa no exterior e usá-la para a aquisição de imóvel. Como revelou a Folha, Barbosa criou a Assas JB Corp., na Flórida (EUA), para a aquisição de um imóvel em 2012, o que lhe permite benefícios fiscais. Seu apartamento, de 73 m<sup>2</sup>, tem quarto, sala, cozinha e banheiro. O valor é estimado no mercado entre R\$ 546 mil e R\$ 1 milhão.

Barbosa, por ser ministro do STF, não está sujeito ao controle do CNJ. Mas os dirigentes das associações avaliam que um juiz de primeiro grau que comprasse um apartamento em Miami, da forma que o presidente do STF comprou, seria punido. Por isso querem forçar a comparação. Barbosa e os presidentes das associações tiveram divergências sobre a criação de mais Tribunais Regionais Federais. O presidente do STF chegou a dizer que as associações agiram de forma "sorradeira" na defesa da medida. **Folha de S. Paulo**



## Carona com o juiz

Em meio a notícias sobre o uso indevido de veículos oficiais de tribunais por desembargadores, foi exemplar a decisão do juiz criminal Rodrigo Morillos, da comarca de Rio Negro, na região metropolitana de Curitiba (PR). Como não havia veículos da Polícia Militar e da Polícia Civil para conduzir quatro réus ao Fórum, onde seriam julgados na última quinta-feira, Morillos resolveu buscá-los na cadeia em seu carro particular.

"Foi uma situação pontual", disse Morillos ao Blog. A PM estava sem viatura, e a Polícia Civil não podia atender, pois era dia de visita na delegacia e todos os policiais atendiam os familiares dos presos. Acompanhado por um policial, o magistrado fez duas viagens para levar

os quatro detentos.

"Me vi sem outra alternativa, pois todas as testemunhas estavam aqui", afirma.

Juiz de direito há onze anos, Morillos diz que o episódio "é apenas uma consequência do grande problema da área da Segurança Pública no Estado do Paraná". **Blog do Fred – Folha de S. Paulo**

"Historicamente, o Estado insiste em manter a pessoa do preso sob custódia da polícia. A Polícia Civil, em vez de investigar, tem que fazer a escolta e cuidar da carceragem."

Segundo o juiz, "a grande política na área da Segurança Pública só vai acontecer quando a Polícia Civil for só Polícia Civil, e a Polícia Militar, só Polícia Militar".

# Para escrever bem o Português

O juiz aposentado e professor Albino de Brito Freire não gosta das “invenções” que surgem na Língua Portuguesa: por não existir na norma culta, ele teme que a expressão, de tão proferida, seja incorporada aos dicionários nas próximas décadas. O uso desses cacoetes e o esclarecimento de várias dúvidas foram compilados no livro *Nossa Língua, Nossa Pátria* (Editora Íthala), que foi relançado no dia 8 de agosto. A obra também é de autoria de Leopoldo Scherner, um dos fundadores da PUCPR e membro da Academia Paranaense de Letras, que morreu em 2011, aos 90 anos.

Todas as dicas de como falar e escrever bem o Português são oriundas de uma coluna que Freire e Scherner escreveram durante 10 anos, aos domingos, no jornal *O Estado do Paraná*. “No começo, a minha ideia era fazer um encarte, mas era algo caro”, conta Freire. Uma das filhas de Scherner, Maria de Jesus Caldeira Scherner Chiarello, recorda que a coluna era acertada muitas vezes por telefone. “Eles ficavam horas conversando, sempre sobre dúvidas que surgiam no cotidiano.”

Nos textos do jornal, ambos abordavam, de uma maneira um pouco mais coloquial do que nas gramáticas, essas “escorregadas.” “São apenas dicas, e não normas rígidas”, salienta Freire, que levou mais de um ano para reunir o material e adequá-lo para as normas do Novo Acordo Ortográfico.

**Dúvidas** | O livro foi organizado por tópicos - que englobam desde abreviaturas até fonética - e traz dicas práticas sobre erros que podem soar gritantes, mas que são cometidos de maneira corriqueira. “De repente” é separado, lembram os autores. A expressão “em princípio” significa em tese, e não no começo. Ojeriza (aversão), não leva a letra “h”, entre outros esclarecimentos. Cacofonias, em frases como “O futuro da nação (danação)” e “Ontem, eu vi ela (viela)”, segundo eles, devem ser evitadas.

**Gerundismo** | A colocação incorreta do gerúndio é outro problema da Língua Portuguesa, ressalta Freire. “O abuso de clássico”, frisa, e isso fez com que as pessoas o abolissem totalmente. A permissão para o uso, explica, é quando se deseja dar ideia de continuidade. Sabendo das regras à risca ou não, a dica primordial para melhorarmos o Português, enfatiza o autor, é a leitura. “Não há um atalho, é preciso ler e se interessar pela língua.” **Gazeta do Povo**



## Referência nacional

Com 130 crianças, o programa de acolhimento familiar de Cascavel, no Oeste do Estado, começou em 2006. Hoje, é o maior do Brasil. A ideia inicial, segundo o juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Cascavel, Sergio Luiz Kreuz, era dar a oportunidade de convívio familiar a adolescentes ou crianças com poucas chances de adoção, seja pela idade ou por problemas de saúde. “Temos experiências fantásticas que estão nas famílias há sete, 10 anos. E o estado dá o suporte até 21 anos, porque 18 é pouco. Muitos acabam permanecendo na família quando começam a trabalhar, porque criaram vínculo. Outros constroem suas casas perto.”

Ainda assim, ressalta Kreuz, o acolhimento familiar não tem atribuição legal de adoção. Fora isso, não há restrições para ser um cuidador. “Pode ser só pai, só mãe, casal homoafetivo. Vamos avaliar a família, os antecedentes e, acima de tudo, a disponibilidade em cuidar da criança”, explica o juiz.

Cerca de 60 crianças cascavelenses ainda estão em abrigos, mas 70% das que perderam o vínculo já estão em situação de acolhimento familiar. “Nosso objetivo é acabar com os abrigos, que são traumáticos, terríveis”, afirma Kreuz. No Brasil, essa política ainda está engatinhando, após muitas experiências frustradas, em decorrência da falta de equipes técnicas especializadas. **Gazeta do Povo**



## DIRETAS JÁ

*“Eu gostaria muito, como juiz, de poder escolher o presidente do meu tribunal. Isso vai permitir com que ele apresente propostas e eu possa escolher dentro das melhores propostas”, afirmou Roberto Bacellar, paranaense que concorre à presidência da AMB, em entrevista ao Conjur.*

## DESAFIOS

*“Penso que os novos desafios, sem dúvida cada vez mais complexos, não devem intimidar aqueles que pretendem seguir a magistratura. Ao contrário, devem servir de estímulo, pois em um estado de transição como o que vivemos, muito poderão fazer os que estão dispostos a bem exercer seu papel. E estes são, e sempre serão, respeitados pela sociedade”, opinou o desembargador federal aposentado, Vladimir Passos de Freitas, em artigo no Consultor Jurídico.*

## MÍDIA E MAIORIDADE

*“A redução da maioria penal é também uma demanda mundial que se relaciona à política de criminalização da pobreza. A intenção é pôr na prisão os filhos dos setores mais vulneráveis, enquanto os da classe média continuam protegidos. Embora haja alguns adolescentes assassinos, a grande maioria dos delitos que eles cometem são de pouquíssima relevância criminal. O Brasil tem um Estatuto [Estatuto da Criança e Adolescente] que é modelo para o mundo. Lamento muito que, por causa da campanha midiática, ele possa ser destruído”, apontou o penalista Raúl Eugenio Zaffaroni, ministro da Suprema Corte argentina.*

## SUPREMA CHICANA

"A insinuação de que um colega de tribunal estaria a fazer 'chicanas' não é tratamento adequado a um membro da Suprema Corte brasileira. Esse tipo de atitude não contribui para o debate e pode influir negativamente para o conceito que se possa ter do próprio tribunal, pilar do Estado Democrático de Direito", concluíram os **presidentes da AMB, Ajufe e Anamatra**, em nota, sobre mais um desentendimento entre Barbosa e Lewandowski, durante o julgamento dos recursos do mensalão.

## NOVOS RUMOS NO TJ

"Conto com a adesão integral e a colaboração de todos os dirigentes, dos magistrados e servidores para que juntos possamos atender os anseios da sociedade", disse o desembargador **Guilherme Luiz Gomes**, ao tomar posse como novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.



**VEM DE  
TREM  
COM A GENTE.**

**A AMAPAR É CONVENIADA  
SERRA VERDE EXPRESS.**

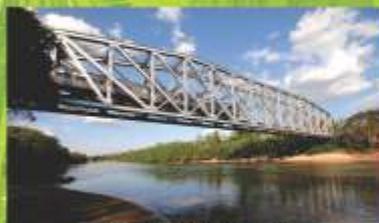
**APROVEITE JÁ OS DESCONTOS PARA  
PASSAGENS E PACOTES DE TREM.**



TREM DA SERRA DO MAR PARANAENSE - PR



TREM DE LUXO - PR



TREM DO PANTANAL - MS



TREM DAS MONTANHAS CAPIXABAS - ES



**Serra Verde Express**<sup>®</sup>  
TRENS E RECEPTIVO

**41 3888.3488**  
SERRAVERDEEXPRESS.COM.BR

SAIBA MAIS EM: [SERRAVERDEEXPRESS.COM.BR/SERRA/CONVENIOS](http://SERRAVERDEEXPRESS.COM.BR/SERRA/CONVENIOS)



# Justiça em números

Relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013, divulgado em outubro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deu expresso destaque ao Tribunal de Justiça do Paraná, que aponta para um crescimento em todos os indicadores de estrutura e força de trabalho. Diante desse novo quadro constatado,

o TJ-PR passou a ser incluído no grupo dos tribunais de grande porte, ao mesmo tempo em que viu sua eficiência ser elevada.

O presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, parabeniza e agradece aos desembargadores, juízes, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário paranaense, pelo esforço e comprometimento dispendidos por todos nesta conquista, o que demonstra o compromisso da magistratura e dos servidores em prestar um bom serviço ao povo do Paraná.

Além disso, o presidente aponta para os novos desafios. "Agora, com o bom resultado obtido, teremos ainda melhores condições para dar continuidade a novos projetos e ações, com a finalidade de avançar crescendo no cenário nacional como um dos melhores e dos mais respeitados tribunais do país", enfatizou o desembargador.

No 1º Grau, os magistrados paranaenses chegaram a julgar 116%. "O estudo mostra uma evolução do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em tamanho e produtividade. O caso do Tribunal de Justiça do Paraná merece destaque, pois aponta um crescimento em todos os indicadores de estrutura, força de trabalho e litigiosidade. Mediante essas alterações passou a constituir o grupo dos tribunais de grande porte ao mesmo tempo em que viu sua eficiência ser elevada", disseram o relatório do CNJ e também a Gazeta do Povo.

## Mutirão em Foz

Em iniciativa inédita na comarca de Foz do Iguaçu, a juíza Juliana Arantes Zanin coordenou um mutirão carcerário na cadeia pública e no Centro de Reintegração Social Feminino, entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro. O principal objetivo do trabalho desenvolvido pela magistrada, que teve apoio do cartório da Vara de Execuções Penais de Foz e do promotor Tiago Mendonça, foi a análise da concessão de benefícios previstos em lei, como o livramento condicional e progressão de regime, aos presos que não possuem assistência técnica de advogados. Também foram julgados, como explica Juliana Zanin, os pedidos de benefícios pendentes de julgamento que apresentavam todos os documentos necessários para a análise. "Os benefícios foram analisados e julgados dentro da unidade prisional, com realização de audiências admonitórias dos presos agraciados com a concessão de livramento condicional ou com a progressão ao regime aberto", esclareceu a magistrada. No total, foram analisados 632 casos, com 225 benefícios deferidos, 407 indeferidos, além da expedição de 72 alvarás de soltura.

## Recesso Forense

O Órgão Especial do TJ-PR aprovou, durante a sessão realizada no dia 21 de outubro, o recesso forense no Judiciário paranaense. A suspensão das atividades será entre os dias 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, com retorno do expediente no dia 7 de janeiro.





## Primeira visita

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, realizou no dia 9 de outubro a primeira visita oficial ao interior do Estado, quando esteve reunido com todos os magistrados de Guarapuava e também aproveitou a oportunidade para inspecionar as obras do novo fórum daquela comarca. Na proveitosa conversa, Gomes afirmou o propósito de promover a melhoria dos serviços judiciários em todo o Estado e enfatizou que a atual gestão do Judiciário estadual paranaense está comprometida em dialogar permanentemente com magistrados e servidores.

Coube ao juiz Nestário Queiroz, diretor do Fórum de Guarapuava, congratular o novo mandatário pela eleição e agradecer a visita à comarca. “Estaremos sempre abertos a colaborar com o TJ naquilo que for necessário para a melhoria do Poder Judiciário”, salientou Queiroz. Os juízes aproveitaram a visita do dirigente do Tribunal para pleitear a criação e instalação das varas da Fazenda Pública e da 3ª Criminal, em razão da imensa demanda nas áreas em questão, como enfatizaram.

A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) foi representada no encontro pelo 1º vice-presidente da entidade, Frederico Mendes Junior, que esteve acompanhado dos magistrados Fábio Bergamin Capela e Fernando Bueno da Graça.

## Luto na magistratura

Três falecimentos deixaram a Amapar de luto nos meses de agosto e setembro. No dia 15 de agosto, o desembargador Francisco de Paula Xavier Neto teve um mal súbito e deixou, aos 67 anos, familiares, colegas de toga e amigos. Ao comentar a perda do colega, os dirigentes da AMB e da Amapar, Nelson Calandra e Fernando Ganem, respectivamente, enaltecem as qualidades do magistrado, tido – ontem, hoje e sempre – como um dos grandes líderes políticos da magistratura. “Cumpra-nos externar nossa imensa tristeza em face do acontecido, haja vista a grandiosidade desse homem, cuja vida foi marcada pela honradez e coragem dos seus atos, tanto e sempre lembrados pelos seus contemporâneos”, declarou Ganem. Xavier presidiu com destaques as entidades Amapar e AMB, além de ter sido o idealizador da revista *Novos Rumos*.

Outra perda foi a do magistrado Hirosê Zeni, no dia 28 de agosto. Ele era pai do juiz Fernando Zeni e chegou ao topo da carreira em 2002, quando assumiu o posto de desembargador. O terceiro registro lamentável de perda é a do desembargador Augusto Lopes Côrtes, que faleceu aos 57 anos, ainda na ativa, no dia 27 de setembro. Côrtes morreu em decorrência de um aneurisma cerebral.



## Juízes e estudantes

Magistrados que atuam na área da Infância e Juventude de Ponta Grossa organizam, desde maio deste ano, o conhecido projeto “Justiça se aprende na escola”. Neste ano, mais de dois mil alunos, de 17 escolas da rede pública pontagrossense, terão contato com as cartilhas de cidadania e também visitarão as instalações do Fórum, além de serem recebidos pelos juízes com orientações sobre a atuação do Poder Judiciário.

# Álcool, combustível da violência

*Marcio Geron e o trabalho incansável e vitorioso no combate às drogas lícitas e ilícitas*

Aplaudido pelo trabalho exemplar no combate ao álcool e drogas, o magistrado Marcio Geron, que atua em Capanema, Sudoeste do Estado, tem o pulso firme ao conduzir problemas que envolvem a venda e consumo de bebidas alcoólicas e também para quem faz vista grossa ao mal social em torno da dependência de substâncias lícitas e ilícitas.

O trabalho de conscientização do juiz ganha aplausos da sociedade e hoje inspira lei municipal e portarias que restringem o consumo de álcool em festas públicas e também incentivam ações como a Semana Municipal Antidrogas em sua comarca de trabalho. “As maiores tragédias originadas pelo álcool são causados não por dependentes de álcool, mas por consumidores abusivos. Por exemplo, os acidentes de trânsito nos finais de semana”, justifica.

Confira a seguir o bate-papo consciente e franco com o magistrado!

**Dr. Marcio, apenas para orientar o leitor, como o senhor começou a desenvolver o trabalho de conscientização acerca dos malefícios causados pelo álcool e drogas? Como surgiu a inspiração para estruturar o trabalho?**

O meu despertar para a questão da bebida alcoólica, na verdade, foi um choque de realidade. Infelizmente, desde a minha substituição, na região de Irati e Prudentópolis e, depois, como titular nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, ficou evidente que o combustível da violência e da destruição das famílias é a bebida alcoólica. Reconheço, ainda, que o meu despertar se consumou numa reunião de Alcoólicos Anônimos (AA) em Capanema/PR.

Agradeço a Deus, até hoje, pelo convite dos companheiros do AA. Não tinha e não tenho problemas com a bebida alcoólica, mas como amigo de AA, comecei a entender a complexidade do problema. Além disso, comecei a admirar aqueles homens e mulheres que corajosamente dizem: “Admitimos que éramos impotentes perante o álcool – que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas”.

Fiquei encantado com aquela coragem. Coragem que falta em todos nós em admitir que nossa vida social e comunitária é dominada pela bebida alcoólica. Basta olhar para nossas festas familiares - de final de ano, por exemplo -, da nossa Igreja e as nossas festas sociais. Desgraçadamente, quase sempre dominadas pela bebida alcoólica.

**Atualmente, de que forma o trabalho do senhor atinge os**

**cidadãos da comarca? Como ele é desenvolvido na prática? São palestras, campanhas...**

Tenho a consciência que o trabalho em face das drogas deve ser baseado em três pontos: repressão, prevenção e tratamento para usuários e dependentes. Por isso, para trabalhar a prevenção, especialmente com a droga mais consumida no Brasil, criamos a campanha: “Drogas, não! Quero você feliz. Admita: o álcool é droga”.

Assim, desde o final da década de 90, procuramos conscientizar pais e autoridades de que a bebida alcoólica é droga. Por isso, merece restrições dentro de casa, nas escolas, nas igrejas e em espaços públicos.

Para divulgar a nossa campanha usamos placas, panfletos, as rádios, enfim, todo o nosso “pequeno arsenal”. Além disso, fazemos, dentro do possível, uma peregrinação dentro das escolas, empresas e municípios da região. E, no último ano, junto com o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, começamos a discutir a temática com o setor produtivo paranaense - em várias cidades do Paraná junto com o ex-jogador e comentarista esportivo Walter Casagrande.

**Recentemente uma lei municipal, aprovada em Capanema, foi inspirada no trabalho desenvolvido pelo senhor e resultou na Semana Municipal Antidrogas. Quais os resultados obtidos até o momento? Como o trabalho, durante a semana, é conduzido? Como o senhor participa?**

Sem dúvida, os desafios ainda são enormes. Por exemplo, alguma coisa está errada num país que aceita que crianças, com menos de 14 anos de idade, iniciem o contato com a bebida alcoólica. Um verdadeiro escândalo nacional!

Porém, posso enumerar algumas conquistas da nossa luta, a primeira é a proibição de bebida alcoólica nas escolas. Uma portaria de 2003 e uma recomendação de 2013, da nossa Comarca, foram acolhidas sabiamente pela Secretaria de Educação do Paraná, que confirmou a vedação da bebida alcoólica, inclusive, nas festas de formatura. Disse assim a Secretaria: “A Secretaria de Estado da Educação reitera essas disposições e esclarece que é proibido o consumo e a comercialização de bebidas alcoólicas em quaisquer eventos escolares, ainda que esses eventos ocorram fora da escola”; a segunda é o acordo com a Igreja Católica para proibir a bebida alcoólica nas festas de comunidade - ato de coragem dos nossos padres - ; e a terceira é a criação de uma semana municipal

*“A liberalidade concedida ao álcool incentiva o consumo das outras drogas e dificulta as políticas de tratamento dos dependentes e usuários problemáticos”*

”



antidrogas que abraçou a nossa Campanha contra as drogas; e, agora, duas leis municipais, atacam dois pilares do descontrole da bebida alcoólica, a utilização do espaço público e a falta de horários para venda de bebida alcoólica. Em Capanema/PR será proibido utilizar o espaço público para beber e os bares e botecos terão horário para funcionar.

## **A cidade de Capanema e a região enfrentam muitos problemas com o tráfico e uso de drogas? E o índice de alcoolismo, ainda é muito alto?**

A comarca de Capanema faz fronteira com a Argentina. Portanto, sofre com os problemas de tráfico de drogas. Antes com o lança-perfume, que voltou “à moda” embalado com as drogas sintéticas (uso casado das duas drogas em festas eletrônicas), e agora com a utilização do território argentino como rota de passagem de quadrilhas de tráfico da América Latina.

Sem esquecer que somos caminho de ligação do Sul do Brasil com o Paraguai. Na realidade, as forças estatais, inclusive o Poder Judiciário do Paraná, deveriam dedicar maior atenção às comarcas de fronteira. Proteger as fronteiras é garantia de segurança para todo o Paraná.

## **Os adolescentes têm se demonstrado cada vez mais precoces em conhecer e também fazer uso desenfreado de drogas lícitas e ilícitas. Como o senhor analisa a situação? Como enfrentar este mal?**

O consumo de bebida alcoólica deve ser percebido em duas dimensões: numa, temos os dependentes. Ou seja, aqueles que consomem álcool com frequência e compulsivamente, procurando evitar os sintomas de abstinência e possuindo problemas físicos, psicológicos e sociais. E, na outra, temos os

abusadores ou usuários nocivos. Aqui o consumo é eventual, porém elevado, o que gera complicações de toda ordem.

Para enfrentar o problema em todas as suas dimensões precisamos ter claro: I) o alcoolismo é uma doença. Não é uma “doença moral” (“quem é dependente de álcool tem falta de caráter”). Não. É uma doença que nasce por uma combinação de fatores (cultural, ambiental, características físicas e psicológicas), enfim, que precisa de tratamento. Quanto mais rápido melhor; e, II) não existe consumo de álcool isento de risco. Por isso, devemos criar fatores de proteção para os eventuais momentos de consumo de álcool. Diga-se de passagem, as maiores tragédias originadas pelo álcool são causadas não por dependentes de álcool, mas por consumidores abusivos. Por exemplo, os acidentes de trânsito nos finais de semana.

Penso que para enfrentar os problemas das drogas precisamos ter em mente três realidades: a) a primeira é que qualquer política de drogas deve ser baseada na prevenção, na repressão e no tratamento dos usuários; b) a segunda, a bebida alcoólica é “porta de entrada” das demais drogas (basta perceber a dependência cruzada/múltipla dependência – quase sempre a bebida alcoólica está presente, ou seja, álcool e outras drogas). Portanto, a liberalidade concedida ao álcool incentiva o consumo das outras drogas e dificulta as políticas de tratamento dos dependentes e usuários-problemas; e, c) terceira, a descriminalização ou legalização das drogas é a consagração do individualismo e do materialismo. Onde o que importa é o prazer sem consequências e, assim, se evitam discussões mais profundas a respeito dos relacionamentos humanos e sociais. Por exemplo, como são as dinâmicas das nossas famílias? O que oferecemos para os nossos jovens? Enfim, fugimos do essencial para “brincar” com substâncias perigosas.

**Ao lado do ex-craque Casagrande, Geron participou de palestras para jovens.**





## Amapar fatura o prêmio AMB de jornalismo

*Nona edição homenageou o jurista Evandro Lins e Silva*

A reportagem “Política criminal e reflexão”, de autoria do jornalista da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o pato-branquense Rômulo Cardoso, publicada no ano passado na revista *Novos Rumos*, obteve o primeiro lugar no Prêmio AMB de Jornalismo, em solenidade realizada na noite do dia 24 de setembro, em Brasília. Participaram da premiação, organizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), diversas autoridades dos três poderes, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)



Ricardo Lewandowski, além de magistrados e jornalistas. “Eu penso que juízes e jornalistas devem andar de mãos juntas na defesa da liberdade de imprensa, pois sem liberdade de imprensa não há democracia,” pontuou Lewandowski durante o ato.

A premiação da AMB contemplou as melhores reportagens, divididas em nove categorias, que abordaram temas relacionados à valorização do juiz, papel da magistratura e demais temas relacionados ao Poder Judiciário. A Amapar levou o troféu na categoria “Associações Filiadas”, tendo conquistado o prêmio pela primeira vez, após ter figurado como finalista em outras três oportunidades. “O prêmio, mais do que ser

consequência de um trabalho honesto e prazeroso, é apenas o reflexo, ainda que tímido, da destacável atuação desenvolvida pelos juízes do Paraná e, conseqüentemente, da Amapar. Levo isso como um certificado de aprendizado e gratidão, que manifesto publicamente à magistratura paranaense”, conta Rômulo, que atua na assessoria de imprensa da Amapar.

Na nona edição o prêmio da AMB homenageou o saudoso ministro Evandro Lins e Silva, que atuou no STF e deixou grandes contribuições jurídicas e jornalísticas, além de ter sido um dos grandes nomes da liberdade de expressão e informação no País. “Um dia, um sonho que começou a caminhar nas terras quentes e poeirentas de Parnaíba, um século atrás, na pessoa de Evandro Lins e Silva, pode escrever para cada um de nós o direito que temos de exercer a profissão de liberdade”, afirmou o presidente da AMB, Nelson Calandra, ao parabenizar os participantes do prêmio.

**Apoiadores** - O IX Prêmio AMB de Jornalismo, considerado um dos mais importantes do país, teve o apoio do Governo do Estado do Piauí e da Prefeitura de Parnaíba, terra natal de Evandro Lins e Silva (1912-2002). Além dos jornalistas, foram agraciados o prefeito de Parnaíba, Florentino Neto (PT), e o governador do Piauí, Wilson Martins, pelo apoio e reconhecimento ao projeto; Cristiano Lins e Silva e Tiago Lins e Silva, filho e neto do homenageado.

Também foi feita uma homenagem especial, relacionada à preocupação que a AMB tem com a segurança dos magistrados, representada nas pessoas de familiares da juíza Patrícia Acioli, assassinada há dois anos, no cumprimento do dever: Simone Acioli, Ana Clara Acioli, Maike Chagas e Wilson Chagas. A festa prosseguiu com shows do grupo de dança Raízes do Nordeste, Ellen Oléria e Banda Judges.

Frederico Mendes Jr. participou de plenária com os substitutos



# Para o presente e futuro

*Amapar promove importante troca de experiências, em Foz do Iguaçu, ao reunir magistrados substitutos e vitaliciandos*

Com o objetivo de orientar os primeiros passos dos novos juízes, além de realizar uma grande troca de experiências, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) promoveu em Foz do Iguaçu, entre os dias 27 e 29 de setembro, a terceira edição do encontro com a participação de vitaliciandos e substitutos. Cerca de 60 magistrados que ingressaram nos últimos concursos do Tribunal de Justiça do Paraná compartilharam as primeiras impressões, decisões e todo o cotidiano de comarcas e fóruns.

O evento, realizado em um hotel de Foz, também contou com a participação da diretoria da Amapar, dos desembargadores Miguel Kfourri Neto e Paulo Vasconcelos, além de outros juízes que trouxeram na bagagem grande experiência adquirida durante a carreira e falaram da vida forense com os novos colegas de toga. Um dos participantes, Sergio Decker, 39 anos, atestou o evento principalmente pela experiência adquirida. “O caminho dos novos sempre fica mais fácil quando podem seguir as pegadas dos mais experientes. Enfim, o espírito fraterno foi a tônica do encontro, confirmando o ideário da magistratura paranaense de aperfeiçoamento contínuo e compartilhado”, ressaltou Decker, que atua em Porecatu desde o dia 20 de maio deste ano. Ele é gaúcho, natural de Porto Alegre, mas afirma já ter o Paraná “no meio do peito”.

**Palestras** – Considerado uns dos grandes “gurus” da magistratura paranaense, o desembargador Miguel Kfouri Neto foi um dos convidados especiais do encontro. Ex-presidente do TJ e da Amapar, Kfouri conversou com os juízes sobre pontos relacionados à magistratura estadual e associativismo. “O diálogo com a magistratura de primeiro grau é fundamental, tanto que, todos sabem, dei ênfase durante minha passagem pela presidência do TJ”, salientou Kfouri, ao também destacar a importância de encontros promovidos pelas entidades de classe.

Para o desembargador, as associações de classe, como a AMB e a Amapar, são de extrema importância para que as prerrogativas da magistratura sejam respeitadas. “Na verdade, as associações devem buscar melhorias para o juiz, com uma face sindical. É algo indissociável”, lembrou. Outros temas que serviram de debate durante a conversa com Kfouri versaram sobre auxílio-moradia, projetos que visam unificar ou alterar o sistema de entrância no Paraná e demais questões jurisdicionais. “A minha intenção era a de extinguir a entrância intermediária, mas nunca criar um novo degrau na carreira, que considero um absurdo”, afirmou.

**O juiz e a comunidade** - A troca de experiências com o juiz Fernando Mânica, que atua na 3ª Vara Cível de Maringá, foi um dos destaques do encontro promovido pela Amapar. Convidado pelos organizadores do evento, os juízes Ariel Nicolai Cesa Dias e Geraldo Dutra de Andrade Neto, Mânica fez questão de debater alguns temas comuns aos primeiros passos na carreira, como participação comunitária do magistrado, principalmente em comarcas pequenas, onde a presença e ações adotadas pelo juiz causam grande impacto social. “Considero imprescindível que o magistrado, ao iniciar o seu trabalho, conheça a comunidade onde atua e o cotidiano da comarca”, recomendou.

Também fez questão de salientar algumas posturas polidas que devem ser observadas, para que o magistrado não cause alarde ao iniciar o trabalho em determinada cidade. “Primeiro, o juiz precisa desenvolver a capacidade de observação. Olhar e ouvir antes de falar”, salientou. O bom trato com servidores também serviu de orientação. Segundo Mânica, alterar rotinas e condutas, boas e ruins, causa reação nas pessoas. “Os servidores devem ser aliados dos juízes, pois hoje ninguém mais consegue

trabalhar sozinho. Temos grande dificuldade de encontrar bons assessores”, disse.

**Plenária** – Para o encerramento do encontro foi organizada uma plenária, onde foram discutidos os principais temas sugeridos pelos substitutos. O juiz Frederico Mendes Júnior, 1º vice-presidente da Amapar, também conversou com os novos colegas sobre temas relacionados à união da magistratura. Ao iniciar a sua fala, Frederico orientou os novos magistrados acerca das condutas e tratamento perante a população. “Somos diferentes, alguns são mais fechados, outros mais sorridentes. Cada um traz da sua família valores e bagagens culturais diferentes. Mas não podemos abrir mão, nunca, é de sermos honestos, corretos e íntegros – condutas mínimas necessárias para o desenvolvimento das nossas atividades”, afirmou.

Assim como Kfouri, Frederico também considera a união da magistratura por meio das associações de extrema importância para a conquista de direitos, sobretudo nas tratativas legislativas. “Existe um infindável número de projetos de Lei no Congresso relacionados à magistratura. Muitos negativos, que visam acabar com direitos inerentes ao nosso cargo. Ao lutar sozinho, nas tratativas com parlamentares, ninguém vai obter resultado. Agora, com grupo formado, por meio de associações, conseguimos muito mais”, destacou.

O magistrado também relatou o recente fato em torno da PEC 31, que retira poderes dos juízes estaduais na condução das eleições no País. Segundo Fred, graças ao movimento da Amapar, que resultou no encaminhamento de mais de 21 mil e-mails aos senadores, o projeto foi retirado de pauta. “Ficou um exemplo claro do que o esforço do trabalho em conjunto é capaz de fazer. Todos os juízes, associados à Amapar ou não, se beneficiam com as lutas associativas”, disse.

Outros pontos, como retroativos, auxílios e demais questões que envolvem diálogos com parlamentares, também serviram de exemplo, em torno da importância do associativismo. “As conquistas e lutas, pecuniárias e jurisdicionais, partem dessa nossa veia meio que sindical - que é um aspecto que associação também tem que ter. O juiz que não é associado se beneficia com o bônus da nossa atividade, mas não contribui com o ônus - o que acaba sendo injusto”, ressaltou Frederico.

“O caminho dos novos sempre fica mais fácil quando podem seguir as pegadas dos mais experientes”  
ressaltou o juiz Sérgio Decker, que ingressou em 2013 na magistratura.



Nelson Calandra e Roberto Bacellar representaram a magistratura estadual em reunião no Senado



# Contra a PEC 31

*Amapar encaminha 21 mil e-mails e magistrados fazem corpo a corpo contra o projeto que altera a composição da Justiça eleitoral no Brasil*

A campanha incentivada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), que objetivou o encaminhamento de mensagens aos senadores, onde constava uma moção contrária à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 31/2013, teve grande adesão dos juizes estaduais do Paraná e de outras regiões do País. No total, foram disparados mais de 21 mil e-mails aos senadores, onde foi declarado total repúdio à proposta que altera a composição da Justiça Eleitoral no Brasil e que pretende conceder cadeiras aos magistrados federais.

Na carta formulada pela Amapar, a magistratura estadual manifestou rejeição à PEC que altera a composição, organização e fiscalização das eleições brasileiras. "A Justiça Estadual tem suas raízes em todo o território nacional, desde os grandes centros até os locais mais remotos, contando com mais de 12.000 magistrados para atender a população", sustenta a moção.

A grande movimentação resultou na retirada de pauta da proposta, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 11 de setembro. Vale também salientar o corpo a corpo feito pelos juizes estaduais, com destacável participação de magistrados do Paraná que se deslocaram até Brasília.

**Apoio** - O senador paranaense Álvaro Dias, ao receber o e-mail da iniciativa organizada pela Amapar, antecipou sua rejeição à proposta. "Não só reconheço o eficiente trabalho que os juizes estaduais vêm desenvolvendo na Justiça Eleitoral como considero indiscutível a existência de vício de origem na PEC em

questão", sustentou o parlamentar, que recebeu em seu gabinete a comitiva da Amapar.

**Corpo a corpo** – Com a retirada de pauta da PEC nº 31, representantes paranaenses destacaram a união da magistratura estadual brasileira. "Os parlamentares deixaram claro que, até então, não houve uma discussão mais profunda sobre a pauta. A retirada do item será muito importante para ampliar esse debate", disse Carlos Mattioli, juiz em União da Vitória e que atua na defesa das prerrogativas junto à AMB.

**Senador Álvaro Dias reconhece o trabalho dos juizes estaduais**



# LE SOLEIL

NO PONTO MAIS ALTO DE CURITIBA, UM ESPAÇO PLENO DE SOL,  
DE CONFORTO E SOFISTICAÇÃO.



3 QUARTOS - 3 SUÍTES - 3 VAGAS  
275M<sup>2</sup> DE ÁREA TOTAL

- TODAS AS UNIDADES FACE NORTE
- AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL<sup>1</sup>
- CENTRAL DE ASPIRAÇÃO DE PÓ<sup>1</sup>
- PISO AQUECIDO<sup>2</sup>
- SPA
- LAVA CAR;
- PISTA DE COOPER E CAMINHADA
- APROX. 1 KM<sup>2</sup> DE BOSQUE PRIVATIVO



4 QUARTOS - 2 SUÍTES - 4 VAGAS  
366M<sup>2</sup> DE ÁREA TOTAL

VISITE DECORADO

PAULO GORSKI, 1175  
ECOVILLE



(41) 3083.9300  
trendbrokers.com.br

**Trend**  
brokers



vcg empreendimentos

# Guilherme Gomes na presidência do TJ-PR

*Desembargador conquista a maioria dos votos do Pleno  
e comandará a corte paranaense até janeiro de 2015*

O desembargador Guilherme Luiz Gomes foi eleito no dia 3 de outubro como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, após a renúncia do desembargador Clayton Camargo. O novo mandatário máximo da Corte paranaense obteve 60 votos, de um total de 107, no segundo escrutínio da eleição que determinou a sua vitória. O segundo colocado foi Sérgio Arenhart com 46 votos, sendo apenas um voto em branco. Na primeira etapa da votação também concorreram os desembargadores Miguel Thomaz Pessoa Filho, Robson Cury e Antenor Demeterco.

Logo após o processo eleitoral com a participação do Tribunal Pleno, realizado no auditório do 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça, o então presidente em exercício do TJ, o desembargador Paulo Vasconcelos, passou o cargo ao novo chefe do Judiciário e enalteceu as qualidades de Guilherme Gomes. "Homem que se dedicou à classe [dos magistrados] com muita envergadura", afirmou Vasconcelos, que volta a assumir a cadeira de 1º vice-presidente.

Em seu primeiro discurso como presidente do TJ, o desembargador Guilherme preferiu o improviso, pois como mencionou, não elaboraria qualquer discurso antes de saber o resultado das urnas. Fez questão de agradecer todos os membros

da instituição, familiares e amigos, ao destacar que sua gestão, que vai até janeiro de 2015, será pautada por princípios constitucionais inerentes à correta administração pública. "A moralidade e a transparência serão as marcas da gestão", afirmou. O magistrado também agradeceu os demais colegas de toga que, com os votos, depositaram a confiança necessária.

Ao falar em nome da Amapar e da AMB, o desembargador Roberto Bacellar comentou que o momento, com a chegada de Guilherme à presidência, é fundamental para a instituição. "A projeção da sua pessoa na presidência do Tribunal de Justiça nos traz de volta a legitimação social que nós precisamos da sociedade, da imprensa, que hoje está aqui representada por diversos veículos de comunicação. Isso é fundamental", ressaltou. Bacellar, que é candidato à presidência da AMB, considera a ascensão de Guilherme como uma oportunidade de mudança nos rumos do Tribunal. "Eu costumo dizer que o Guilherme é o juiz que eu gostaria que julgasse o meu caso", destacou. Também parabenizaram a assunção do novo presidente os representantes do Ministério Público e OAB, Gilberto Giacoia e Juliano Breda, respectivamente.



**Para aparar arestas** - Logo após os rápidos discursos que introduziram a posse do desembargador Guilherme Luiz Gomes na presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, o novo mandatário da instituição, como primeiro ato de sua gestão, fez questão de conceder entrevista aos principais veículos da

imprensa paranaense. “Com a imprensa pretendemos ter um relacionamento aberto e franco, sempre procurando que a imagem do nosso Tribunal seja respeitada. A liberdade de imprensa é princípio constitucional, mas também são a intimidade e o respeito à dignidade da pessoa humana. A conjugação de todos esses princípios e dos fundamentos da Constituição é que poderão dar ao Poder Judiciário e à magistratura a condição de serem instrumentos da pacificação social”, comentou.

A transparência e o diálogo pleno com todos os setores da sociedade serão de extrema importância, classificou o novo mandatário do TJ, tendo como missão maior a prestação jurisdicional. “Nossa missão constitucional está na prestação de serviço à população”, informou.

Perguntas como instalação de novos cargos de desembargadores, 1º Grau de Jurisdição, CNJ, reforma do Palácio da Justiça e relação com a imprensa estiveram na pauta. Sobre a instalação de novas câmaras nos tribunais e, conseqüentemente, a ampliação do número de desembargadores, Gomes disse que os cargos, já criados pelo Órgão Especial, merecerão estudo para verificar a possibilidade e demandas mais urgentes. “Temos a 17ª e a 18ª câmaras cíveis do TJ, que estão com, praticamente, o dobro de processos e isso precisa ser resolvido”, explicou.

A licitação da reforma do prédio do Palácio da Justiça, muito comentada nos meios de comunicação, também mereceu atenção do novo presidente do TJ. “A licitação está suspensa. Após a manifestação das comissões responsáveis e também da assessoria jurídica, nós vamos ter condições de definir o que será feito”, explicou.

Problemas elencados pelo CNJ, como a falta de estrutura do 1º Grau, serão priorizados na gestão, afirmou o desembargador. “Nós temos dificuldades na primeira instância, como a falta de um Fórum Cível adequado para Curitiba. Outra questão está na falta de juízes, principalmente no interior. O concurso público tem uma demora acentuada em virtude das questões impostas pelo CNJ”, disse.



# Para conter o Dragão

*Perdas inflacionárias fazem a Amapar procurar vias alternativas para suprir as dificuldades com a falta de aumento real do subsídio*

A questionável ingerência dos poderes Executivo e Legislativo federais, no que tange aos controles orçamentários que impulsionam a economia e repasses no País, pode ser a justificativa mais próxima encontrada para o arrocho salarial sofrido pela magistratura brasileira, ou uma das grandes causas de debate na esfera política. A independência e a harmonia entre os Poderes, no que tange à questão principiológica, com todo o discurso teórico que envolve o tema, passam distantes da realidade, dos fatos, pois as cartas continuam na mão dos representantes populares da República.

O fato é mais do que conhecido e não encontra luz próxima. O subsídio da magistratura, rendimento salarial público, que serve como parâmetro limitador para o restante do funcionalismo público, patina sem correção inflacionária, ou qualquer aumento real. Com o dragão da inflação cuspidando labaredas que colocam as contas no vermelho, qualquer planejamento é risco, como mostra a charge do talentoso cartunista paranaense Simon Taylor, que ilustra a capa desta edição de Novos Rumos – um pouco de lazer para amenizar o momento desfavorável vivido pela magistratura.





“O pior é que o Legislativo e o Executivo, no que atina aos subsídios da magistratura, têm conferido tratamento de clientelismo ao invés de institucional. Ou seja, a depender de como o Judiciário tem decidido as questões de interesses políticos, seus projetos de reposição inflacionária podem ser rejeitados ou aprovados. Veja, estou falando apenas de reposição inflacionária e não aumento”, critica **Fábio Capela**, juiz responsável pela Diretoria de Assuntos Legislativos da Amapar.

### Trabalho concentrado da Amapar

- Indenização de férias
- Retroatividade do auxílio-alimentação,
- Recomposição do auxílio-saúde, conforme reajuste determinado pela Judicemed
- Pagamento principal da PAE
- Quitação de férias não indenizadas
- Estudos concentrados sobre o auxílio moradia
- Pedido de auxílio-livro (aprovado pelo Órgão Especial e até hoje não apreciado pela Assembleia Legislativa)





“A magistratura deveria ser a função mais valorizada dentre todas as carreiras do Estado, pois todas se baseiam nela. Ninguém pode ganhar mais que o ministro do Supremo, significa dizer que o ministro do Supremo por ser juiz, por ser magistrado, é o cargo maior do país. É essa lógica que tem que ser construída”, afirma Roberto Bacellar.

Quem opina sobre a realidade dos fatos, de subposição dos representantes máximos do Judiciário, no que tange à participação orçamentária, é o magistrado Fábio Capela, atual diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Para ele, a falta de sintonia com os outros dois poderes tem conferido tratamento de clientelismo. “Ou seja, a depender de como o Judiciário tem decidido as questões de interesses políticos, seus projetos de reposição inflacionária podem ser rejeitados ou aprovados. Veja, estou falando apenas de reposição inflacionária e não aumento”, critica Capela.

A independência dos representantes do Poder Judiciário não se constrói, tão somente, com a segurança financeira, mas a falta de aumento devido condiciona a desvalorização da carreira. “A magistratura deveria ser a função mais valorizada dentre todas as carreiras do Estado, pois todas se baseiam nela. Ninguém pode ganhar mais que o ministro do Supremo, significa dizer que o ministro do Supremo por ser juiz, por ser magistrado, é o cargo maior do país. É essa lógica que tem que ser construída”, afirmou o magistrado paranaense Roberto Bacellar, candidato à presidência da AMB, em entrevista concedida ao Consultor Jurídico.

Responsável pela maioria dos requerimentos de ordem

remuneratória e que conduzem as petições apresentadas pela Amapar, Fábio Capela, estudioso e criterioso como é, também aponta que não tem se dado cumprimento efetivo à norma que garante revisão anual e irredutibilidade dos subsídios a todos os servidores. “Acredito que tal engessamento somente poderia ser revertido se a mera aplicação do índice oficial de inflação anual fosse de atribuição do próprio Judiciário (STF), o qual, por meio de ato administrativo, poderia anualmente determinar o valor dos subsídios dos ministros do STF. Essa é, inclusive, uma tese defensável juridicamente”, explica.

**Auxílio-moradia** - Uma das frentes da Amapar, onde Capela possui ampla atuação ao lado da diretoria, está na apresentação de um sem número de requerimentos de ordem remuneratória, dentro das possibilidades legais e que versam sobre auxílios e pagamento de atrasados, além de outras questões de ordem remuneratória que, querendo ou não, servem de consolo diante das perdas inflacionárias ocasionadas pela falta da recomposição do subsídio, prevista na Carta Constitucional.

Estudo atual estabelecido pela Ampar tem concentrado atenção ao auxílio-moradia, instituto pago em 11 tribunais, além do CNJ e STF. Para Capela, tal auxílio, que já possui pesquisas encaminhadas pela Amapar, é plenamente possível e legal.

“O que precisa ser deixado registrado também é que a Amapar, de forma incansável, vem dialogando institucionalmente com o TJ com a intenção sempre de melhorar a condição dos magistrados. E por isso é digna de elogios toda a sua diretoria, em especial o Fernando Ganem e o Frederico Mendes Junior”, enfatiza Fábio Capela.



Segundo o magistrado, mesmo com a determinação do CNJ, que suspendeu o pagamento em três Tribunais Regionais do Trabalho, a conversa deve tomar rumos maiores, pois o mesmo Conselho paga auxílio-moradia aos seus conselheiros e juízes auxiliares, no valor mensal de até R\$ 4.158,85, conforme Portaria nº 65, de 08 de fevereiro de 2013. “É no mínimo estranho que um órgão administrativo, diga-se de passagem, proíba que magistrados recebam uma determinada verba que ele mesmo paga a seus integrantes! É a máxima do ‘faça o que eu digo, não faça o que eu faço’, pontua Capela.

**Eles pagam** - Como exemplo, Capela aponta que o Supremo paga mensalmente R\$4.377,73 aos ministros, como custeio para moradia. O último a receber foi o ministro Luiz Fux. O vizinho Tribunal de Justiça de Santa Catarina paga aos juízes e aos desembargadores o mesmo valor mensal pago pelo STF, conforme lei estadual n. 15.939, de 20 de dezembro de 2012, art. 1º.

Outro Tribunal que também concede tal auxílio é o do Mato Grosso, que destina o equivalente a 30% sobre o subsídio aos seus magistrados, conforme lei complementar estadual n. 281, de 27 de setembro de 2007, art. 93, que alterou a Lei n. 4.964/85, art. 215, o que representa para um desembargador R\$ 7.597,06 e R\$

7.217,20 ao juiz. “A jurisprudência do STF é bastante nítida no sentido de que o auxílio-moradia pode ser pago aos magistrados, desde que respeitadas as duas seguintes limitações: a) somente aos membros da magistratura da ativa; b) inexistência de residência oficial na Comarca à disposição do juiz”, aponta.

**Para controlar as perdas** - Outro requerimento da Amapar, para coibir o “Dragão”, versa sobre a apresentação de estudo com a intenção de isentar juízes estaduais da incidência do imposto de renda sobre o adicional de férias. Segundo Capela, A Amapar já formulou pedido administrativo ao TJ, pois, além de solidamente embasado em súmula jurisprudencial de Tribunal Superior, é plenamente possível que se proceda tal reembolso administrativamente.

Em suma, como pontua o magistrado, caso a Amapar não tivesse olhos abertos para tais questões relacionadas às perdas anuais, em decorrência da desvalorização da moeda e inflação, a situação da magistratura paranaense seria ainda pior. “O que precisa ser deixado registrado também é que a Amapar, de forma incansável, vem dialogando institucionalmente com o TJ com a intenção sempre de melhorar a condição dos magistrados. E por isso é digna de elogios toda a sua diretoria, em especial o Fernando Ganem e o Frederico Mendes Junior”, conclui.



Fernando Ganem assumiu a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) no início do mês de fevereiro de 2012. Desde então, com o propósito de assegurar as prerrogativas da magistratura, também de ordem financeira, encaminhou diversos requerimentos, muitos que versaram sobre pagamentos de atrasados, retroativos e demais pedidos com caráter pecuniário. “Na nossa gestão, procuramos sempre o diálogo com a cúpula do Tribunal de Justiça, e com o diálogo conseguimos tudo o que pleiteamos. Assim foi quando requeremos o auxílio-livro (aprovado pelo Órgão Especial e até hoje não apreciado pela Assembleia Legislativa), a indenização de férias, a retroatividade do auxílio-alimentação, a recomposição do auxílio-saúde conforme o reajuste determinado pela Judicemed, em conformidade com a autorização da ANS”, salienta.

**Com a palavra, o presidente.**

**Doutor Fernando Ganem, o senhor, na condição de presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, como tem analisado as perdas remuneratórias da magistratura com o passar dos anos, atreladas à alta da inflação, do dólar, entre outras dificuldades econômicas enfrentadas por nós, brasileiros, principalmente, no que tange ao princípio da irredutibilidade salarial e independência entre os poderes republicanos?**

Nossos prejuízos remuneratórios são de muito tempo atrás. Perdemos muito com a implantação pura e simples do subsídio, sem a adoção de um mecanismo seguro e eficaz, constante e permanente, de reajuste e recomposição da real inflação a cada ano. Aceitamos quietos o sistema – de subsídios – vigente desde 2006 e até hoje sem nenhuma melhoria significativa a recompor o vencimento e a garantir o poder aquisitivo que tínhamos naquela época. Além disso, nos surrupiaram o adicional por tempo de serviço, benefício que ainda é concedido a todo o funcionalismo público, menos para a magistratura e Ministério Público, o que tem, evidentemente, retirado o estímulo de ser magistrado. Sem querer desmerecer qualquer outra profissão, mas temos visto que muitos dos profissionais do ramo jurídico com vezo para a judicatura preferem partir para outras áreas, porque a carreira deixou de ser atrativa no âmbito salarial.

**“A luta para corrigir essa distorção é grande”**

O candidato paga um preço alto para deixar a família e mudar de cidade, ao passo que, mesmo ficando mais próximo da família, ainda que ganhe menos noutra atividade, o tempo poderá lhe trazer, seja como advogado ou labutando num outro cargo oficial, vantagem financeira maior do que a de juiz, que não oferece, no mesmo tempo, vantagem nenhuma. Em alguns Estados, como o de São Paulo, mais de sessenta magistrados já abandonaram a carreira em busca de outros cargos ou profissões, justamente por não enxergar na carreira da magistratura algo que o atraia financeiramente. Aqui no Paraná temos visto isso com menor frequência, mas também tem acontecido, algo que nunca tínhamos visto. E repito, isso não vem de hoje. Por isso temos que correr atrás do prejuízo, e esse prejuízo podemos tirar dialogando com os demais Poderes, algo que os presidentes da AMB sempre tentaram fazer várias vezes, mas que nunca lograram êxito.

**Com as cartas na mão dos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo no que tange às decisões e controle do orçamento, como reverter o quadro? Intervenção junto ao Supremo, para corrigir tal violação, não seria uma alternativa?**

A luta para corrigir essa distorção é grande. Os primeiros passos foram dados e o Congresso Nacional aprovou a recomposição de 15,08%, porém em parcelas, o que está longe do ideal, e que obrigou a AMB a divulgar nota de que não aceitava aquele valor. Atualmente, o presidente do STF encaminhou projeto visando uma reposição de 4,06% em nossos vencimentos, além dos 5% já garantidos para janeiro de 2014. Uma proposta viável e que provavelmente será acatada, porquanto dentro de um princípio razoável para quem vê a nossa situação do lado de fora. Porém, está longe do ideal. O recurso ao STF é a medida ideal. Já existe mandado de injunção para que seja regulamentada a matéria relativa à recomposição do subsídio, e, além disso, a AMB está promovendo, em conjunto com as associações, ação indenizatória contra a União e Estados, visando a reposição do vencimento, pois segundo os cálculos já efetivados pela contadoria da nossa entidade nacional, o vencimento do ministro do STF, se respeitada a Constituição, seria hoje superior a R\$ 35 mil reais. Mas, mesmo propostas essas demandas, quando o STF irá julgar os nossos próprios direitos? É por aí que temos que começar a questionar! Justamente o STF, cujo presidente também comanda o órgão que fiscaliza o Judiciário e as suas denominadas 'mazelas', deveria buscar evitar a demora dos seus próprios julgamentos e corrigir essas distorções. E não digo somente as distorções relativas a problemas do Judiciário, porque, atrelados aos nossos vencimentos, também estão os dos servidores federais, o do Ministério Público, além de outros. E não paro aí: existem várias outras questões de interesses de diversos trabalhadores nas mãos do STF sem julgamento. Por que não decidem isso logo e já fazem valer nossos direitos que estão garantidos na Constituição Federal? Temos que fazer esse tipo de questionamento, mas sabemos que isso também não é simples assim, chegar lá e exigir: 'cumpra-se', como se determina numa carta precatória. É necessário dialogar, embora o diálogo seja difícil, principalmente numa época em que os assuntos que estão em pauta no cenário nacional estão sendo vistos como prioridade e preferenciais aos das entidades de classe.

Por outro lado, ainda é necessário – e salutar – que corramos atrás, e lutemos com todas as forças para a restauração do ATS – Adicional por Tempo de Serviço, a garantir mais esse atrativo e prêmio para os mais antigos na carreira. Atualmente, o tempo de serviço não tem privilégio algum dentre os juizes e os mais experientes têm a mesma remuneração que outros menos experientes, o que é um desestímulo para quem já se encontra na carreira. Todo o funcionalismo público tem garantido esse adicional, e até mesmo dentro do tribunal chegamos a ver que existem funcionários que percebem vencimentos maiores que o de magistrados e desembargadores, distorção que deve ser corrigida com a implantação de mais esse benefício e que a AMB está lutando em Brasília para conquistá-lo. No semestre passado, estivemos conversando com os três senadores do Estado do Paraná, e os três prometeram apoio ao projeto, mas de antemão já informaram que ainda não é o momento para levá-lo à votação. Tenho certeza que a Assessoria Parlamentar da AMB está aguardando o tempo certo para trabalhar a aprovação desse projeto que beneficiaria boa parte da magistratura, inclusive os magistrados inativos.

**Durante a gestão do senhor, quais foram as principais tratativas e proposições foram estabelecidas para evitar tais perdas remuneratórias?**

Na nossa gestão, procuramos sempre o diálogo com a cúpula do Tribunal de Justiça, e com o diálogo conseguimos tudo o que pleiteamos. Assim foi quando requeremos o auxílio-livro (aprovado pelo Órgão Especial e até hoje não apreciado pela Assembleia Legislativa), a indenização de férias, a retroatividade do auxílio-alimentação, a recomposição do auxílio-saúde conforme o reajuste determinado pela Judicemed, em conformidade com a autorização da ANS. Buscamos também o pagamento do principal da PAE, a quitação das férias ainda não indenizadas e, por último, o auxílio-moradia.

**Como o senhor avalia as condições para pagamento de auxílio-moradia para juizes do Paraná? O CNJ não tem visto com bons olhos a concessão de tal pagamento, mas o senhor acredita na possibilidade? Como ela poderia ser argumentada? De que forma o senhor tem conduzido as tratativas com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná?**

Assim como tem sido implementado em outros Estados, o Paraná tem todas as condições de também pagar auxílio-moradia aos seus juizes, tudo em conformidade com o que determina a LOMAN. Acredito que seja equivocado esse questionamento de que o CNJ não tem visto com bons olhos a concessão desse benefício, porque os conselheiros recebem auxílio-moradia, estabelecido por Portaria. Os ministros do STF também tem previsão com base em uma ata de sessão administrativa. A suspensão do CNJ pode ter sido para acautelar a decisão quanto à necessidade ou não de esse benefício vir com base em lei estadual, mas se ele já está previsto na LOMAN, não será o CNJ que irá impedi-lo se ele vier regulamentado em Lei Estadual, e dentro de uma limitação que não extrapole aquilo que já é previsto para o ministro do Supremo Tribunal Federal. Sobre esse assunto, as tratativas com a cúpula do nosso tribunal estão bem adiantadas.

# Diálogos e vitórias

*“Após muita meditação, muita reflexão, determinei o arquivamento definitivo do projeto que visava a unificação das entrâncias das comarcas do Paraná e criava uma entrância especial de acesso ao cargo de desembargador”, afirmou o ex-presidente do TJ, Clayton Camargo*



*TJ arquivou, em definitivo, projeto que visava reorganizar as entrâncias e que criava entrância especial*

Durante pronunciamento realizado na posse do novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Roberto Bacellar, no dia 5 de setembro, o agora ex-presidente da corte, desembargador Clayton Camargo, além de enaltecer as qualidades do empossado, surpreendeu os presentes e declarou que optou por arquivar, em definitivo, o projeto que visava unificar as entrâncias no Paraná.

A proposta, além de transformar o Judiciário paranaense em entrância única, sem diferenciar etapas inicial, intermediária e final na carreira da magistratura, também objetivava a criação de um novo degrau para que os magistrados conquistassem a promoção para desembargador.

**Sobre o arquivamento, Ganem destacou a manifestação das comarcas e trabalho realizada pela comissão da Amapar**



# tória de todos

Segundo o ex-mandatário do TJ, após tratativas e francos diálogos com o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Ganem, em reuniões que também contaram com a participação de Bacellar, a opção pelo arquivamento veio à tona. “Após muita meditação, muita reflexão, determinei o arquivamento definitivo do projeto que visava a unificação das entrâncias das comarcas do Paraná e criava uma entrância especial de acesso ao cargo de desembargador”, afirmou o representante máximo do Poder Judiciário paranaense.

As ponderações de Bacellar e de Ganem, segundo o presidente do TJ, foram determinantes para o arquivamento do projeto. “Embora tenha convicção pessoal que a concretização daquele projeto seria para o bem do Poder Judiciário, suas ponderações [de Bacellar] e do doutor Fernando Ganem convenceram-me que a ideia, neste momento, não atenderia os imediatos interesses da magistratura do nosso Estado”, explicou o desembargador Clayton Camargo. “Quem melhor para traduzir os sentimento dos nosso juízes, senão o futuro presidente da AMB”, completou o dirigente do TJ, ao fazer referência à candidatura de Roberto Bacellar à AMB, em eleições marcadas para os dias 22 e 23 de novembro.

**União da Amapar e magistratura** – Referente ao projeto da presidência do TJ, de criar a entrância única e degrau exclusivo de acesso ao 2º Grau, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) recebeu diversas manifestações, conjuntas, assinadas por magistrados de diversas comarcas e também de juízes substitutos em 2º Grau. Os manifestos, divulgados no site da Amapar, concentravam argumentos, todos, contrários à proposta do Tribunal.

Em documento assinado pelo presidente da Amapar, Fernando Ganem, endereçado ao então presidente do Tribunal de

Justiça do Paraná, desembargador Clayton Camargo, além de frisar que o assunto provocou polêmica nas listas de discussão, a maioria dos magistrados desejou a manutenção da lista de antiguidade como atualmente vigora. “Diversas manifestações de todo o Estado têm sido encaminhadas, manifestando indignação acerca do projeto, razão pela qual requeremos seja o projeto de unificação de entrâncias retirado de pauta”, solicitou Ganem.

No tocante ao cargo de juiz substituto de 2ª instância – novo degrau de acesso ao 2º Grau – Ganem tratou o assunto com grande preocupação, pois recebeu manifestações contrárias de toda a magistratura. “Não há razão de se exigir, na carreira da magistratura, que, para ser desembargador, o juiz de instância tenha de passar pelo estágio da substituição em 2º Grau, numa entrância especial tanto combatida e já descartada num passado não muito remoto, e que agora é reavivada para susto e indignação de toda a classe”, explicou o dirigente da Amapar.

Nas redes sociais a magistratura comemorou o arquivamento como sendo vitória de todos, onde prevaleceu o diálogo de representantes da Amapar, com grande apoio da comissão criada pela entidade para estudar as propostas encaminhadas pelas comarcas. Os trabalhos foram presididos pelo juiz Márcio José Tokars, com a participação dos juízes Antonio Evangelista de Souza Netto, Fabiana Schapinski, Fábio Capela, Gilberto Periotto, Glauco Alessandro de Oliveira, João Batista Spanier Neto, Marcelo Bertasso e Sigret Vianna. “Certamente, a vontade da classe só foi atendida em razão do seu trabalho - compilador das manifestações da magistratura estadual -, que subsidiou a diretoria dos argumentos que bem serviram ao diálogo que culminou no arquivamento do projeto”, relatou Ganem, em comunicado divulgado no site da Amapar.

**Comissão criada pela Amapar, presidida pelo juiz Márcio Tokars, foi responsável por estudar as manifestações de colegas do interior e da capital**





# Contra a improbidade

Paraná cumpriu **99%** da meta 18 do CNJ

Média nacional é de **43,5%**

**3** câmaras do TJ são responsáveis por atos contra a administração pública

Paraná ganhou **11** varas para julgar esse tipo de ação na primeira instância



Membros do Órgão Especial elogiaram a alta produtividade e abordagem da imprensa

# Palmas para a magistratura; palmas para a Folha de S. Paulo

*Jornal destaca trabalho de magistrados paranaenses e contrasta vicissitude da imprensa ao chafurdar notícias que denigrem o Poder Judiciário*

Durante a sessão administrativa do dia 12 de agosto, os desembargadores que atuam no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná destacaram a reportagem da Folha de S. Paulo que evidenciou o trabalho dos julgadores paranaenses, responsáveis pelo julgamento das ações de improbidade administrativa. Para o desembargador Paulo Habith, a positiva notícia merece aplausos e ampla divulgação no site do Tribunal. Irajá Prestes Mattar, que também atua como julgador no Órgão Especial, ratificou o posicionamento de Habith e enalteceu a qualidade dos magistrados paranaenses. A matéria foi publicada no mesmo dia da reunião do colegiado da Corte Paranaense.

As sugestões e comentários dos magistrados que atuam no egrégio colegiado foram acolhidos pelo então presidente da corte, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, que elogiou a alta produtividade e qualidade dos julgamentos em todas as ações judiciais julgadas em 1º e 2º grau. A matéria da Folha de S. Paulo foi replicada no site do Tribunal de Justiça, em destaque.

Sob o título de "Juízes especializados ajudam Paraná no combate à corrupção", o jornal – um dos mais importantes e influentes do país – colocou os magistrados do TJ-PR como recordistas nacionais no julgamento de denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos.

Em tempo de metas e números que servem de parâmetro midiático para atestar a qualidade dos serviços judiciais, a Folha divulgou que a magistratura paranaense já cumpriu 99% da chamada meta 18 do Conselho Nacional de Justiça, onde estabelece que todas as ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública ajuizadas até 2011 sejam julgadas até o fim deste ano. "Hoje, as ações estão mais bem distribuídas, com mais magistrados para julgar os casos. Por causa disso, os processos são resolvidos de forma mais rápida, mesmo quando há recursos ao TJ", destacou o periódico.

## Juízes especializados ajudam Paraná no combate à corrupção

*Estado cumpriu 99% de meta do CNJ para julgar ações de improbidade e de crimes contra a administração*

Recordista nacional no julgamento de denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos, o Tribunal de Justiça do Paraná vem formando magistrados especializados no assunto e ampliando o número de varas de Fazenda Pública no interior.

Com isso, o Estado já cumpriu 99% da chamada meta 18 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece que todas as ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública ajuizadas até 2011 sejam julgadas até o fim deste ano.

A média nacional, até agora, é de 43,5%, como mostrou levantamento publicado pela Folha no último dia 3. Para cumprir a meta, o Paraná não tomou nenhuma ação específica, como mutirões de julgamentos. Deu continuidade ao que vem fazendo há cerca de sete anos.

A principal medida, na avaliação do TJ, foi a especialização dos magistrados na causa. Hoje, das 23 câmaras do Tribunal de Justiça, três são dedicadas exclusivamente a atos praticados contra a administração pública.

A decisão foi tomada após um estudo interno, que definiu a atuação dos desembargadores de acordo com as maiores demandas. "Tínhamos um grande número de processos por improbidade. E a demanda só aumentou depois que instalamos mais varas da Fazenda Pública", disse o desembargador Abraham Calixto, um dos "especialistas" do TJ.

Desde 2011, o Paraná ganhou 11 varas para julgar esse tipo de ação na primeira instância, todas no interior. Antes, havia só quatro, sobrecarregadas, com cerca de 50 mil processos cada uma.

Hoje, as ações estão mais bem distribuídas, com mais magistrados para julgar os casos. Por causa disso, os processos são resolvidos de forma mais rápida, mesmo quando há recursos ao TJ. Os desembargadores "especialistas" se reúnem uma vez por ano para discutir os temas recorrentes dos processos e formular enunciados, que servem como jurisprudência e facilitam a tomada de decisões pelos juízes do Estado.

Segundo Calixto, os enunciados poupam tempo e permitem que o desembargador, ao receber um processo, tome uma decisão monocrática, ou seja, que não exija a deliberação de mais pessoas. "Não precisa fazer relatório, mandar para o revisor, agendar julgamento", afirma. "Tudo isso leva muito tempo."

Advogados ouvidos pela Folha elogiaram o sistema adotado pelo Paraná. "O julgamento é de muito boa qualidade. E, quando são casos mais complexos, as decisões nunca são monocráticas", diz o advogado Guilherme Gonçalves, que já defendeu diversos políticos no Estado.

**\*Matéria publicada pela Folha de S. Paulo, edição do dia 12 de agosto**



# Em família

*Roberto Bacellar completa 51 anos e toma posse como desembargador no auditório que leva o nome de seu avô, o desembargador Clotário Portugal*

O magistrado Roberto Portugal Bacellar foi empossado no dia 5 de setembro, data em que comemorou 51 anos, como o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Promovido pelo critério de antiguidade, Bacellar passa a ocupar a cadeira de Waldemar da Costa Neto, que se aposentou.

O ato de posse, conduzido pelo desembargador Clayton de Coutinho Camargo, foi realizado no auditório do 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça, com a presença de autoridades dos três poderes, magistrados de todo o País, familiares e amigos. O local é especial para Bacellar, pois a sala leva o nome de Clotário Portugal, que é avô do novo desembargador e figura histórica do Tribunal paranaense, pois presidiu a Corte durante 14 anos.

Coube ao mandatário do TJ abrir a solenidade e saudar o novo membro da Corte estadual, ao falar da satisfação de tê-lo no Tribunal de Justiça e, sobretudo, por fazer parte de uma família que, ao longo de mais de uma centena de anos, engrandece o bom nome do Judiciário paranaense.

Em discurso emocionado, o agora desembargador Roberto Bacellar lembrou momentos significativos de sua vida, como a promessa feita no dia da formatura em Direito e que o acompanhou durante toda sua trajetória como juiz, pautada pela independência do magistrado - bandeira que carrega na candidatura ao cargo de presidente da AMB, nas eleições marcadas para novembro deste ano.



“O TJ-PR passa a ser integrado por um desses raros homens que, como magistrado, e como professor, posicionou-se sempre adiante de seu tempo”, salientou **Romeu Bacellar**, advogado renomado e irmão do empossado.

Para ele, existe um valor que o acompanha sempre e que foi essencial para manter intactos os juramentos em toda a caminhada – a liberdade. “Esse valor tem me acompanhado. Mas não sozinho: ele sempre precisa ser exercido com humildade, com respeito ao próximo e com ética”, enfatizou. Emocionado, homenageou todos os familiares que, segundo ele, o apoiaram durante toda a sua trajetória destacável na magistratura brasileira.

O desembargador finalizou com as palavras do seu avô, o histórico desembargador Clotário Portugal. “Deve-se ouvir com benevolência os que clamam Justiça! Não será favor. Estão no direito de pedir, embora nem sempre com o direito de obter. Diante do juiz, como diante da lei, não há pobres nem ricos, nem pequenos, nem grandes, nem plebeus, nem nobres. Só é forte quem tem por si o Direito”.

**Homenagens** - Representou a OAB/PR o irmão do empossado, Romeu Felipe Bacellar Filho, que ressaltou as qualidades do protagonista do ato. “O TJ-PR passa a ser integrado por um desses raros homens que, como magistrado, e como professor, posicionando-se sempre adiante de seu tempo, elevou-se da altura comum, sem outro apoio senão do seu próprio valor”, afirmou Romeu.

O representante máximo do Ministério Público do Paraná, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, falou da confiança depositada no novo desembargador, atrelada à história de vitórias na Justiça paranaense.

Em nome da Corte e da Associação dos Magistrados do Paraná falou o desembargador Rui Portugal Bacellar, sobrinho de Roberto. Em seu discurso, Rui destacou a dedicação e o grande amor que o empossado tem pela magistratura e pelos assuntos que envolvem o Poder Judiciário e a pacificação dos conflitos. “A ascensão do Roberto ao cargo de desembargador enriquece o nosso Estado porque, como sabem todos que o conhecem, o novo membro efetivo desta Corte é pessoa honesta, sincera, serena, entusiasta, estudiosa e trabalhadora. Ele não abdica de lutar por tudo em que acredita e pelos ideais de justiça social”, ressaltou.



“A ascensão do Roberto ao cargo de desembargador enriquece o nosso Estado”, afirmou o desembargador **Rui Portugal Bacellar Filho**, sobrinho de Roberto Bacellar.

O então presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, elogiou o novo desembargador por sua batalha na magistratura. “É de todos conhecida sua luta pela maior capilaridade da Justiça e, conseqüentemente, a proximidade do Poder Judiciário com o jurisdicionado, tendo por pressupostos a democratização das relações jurídicas e a propagação de uma cultura de conciliação, como método eficiente e alternativo de solução de conflitos”, disse o presidente, ao acrescentar que Roberto Bacellar goza de seu mais profundo respeito e admiração.

**Presenças** - Compunham a mesa, além do presidente do TJ-PR, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo; representando o governador Beto Richa, a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, procuradora Maria Tereza Uille Gomes; o presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais, Antônio César Bochenek; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Calandra; o procurador- Geral de Justiça, Gilberto Giacóia; o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Juiz Fernando Swain Ganem; representando a Assembleia Legislativa, o procurador-geral da Alep, Luiz Carlos Caldas; o representante da OAB, Romeu Felipe Bacellar Filho; representando o Tribunal de Contas, o conselheiro corregedor-geral, Ivan Bonilha; e a secretária do TJ-PR, Gianna Bove. Também estiveram presentes à solenidade o 1º vice-presidente do TJ, desembargador Paulo Vasconcelos; o presidente do TJ-AM, desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa; os desembargadores do TJ-MG, Caetano Levi Lopes e Márcia Maria Milanez; o desembargador do TJ-RJ, Fábio Dutra; o desembargador do TJ-AC, Regina Ferrari; o presidente da Associação Paulista de Magistrados, desembargador Roque Antonio Mesquita de Oliveira; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais, juiz Antonio Sbano; Cícero Juliano Staut da Silva, representando o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet; demais desembargadores, juizes, integrantes do Ministério Público, da AMB, defensores públicos, advogados, servidores, familiares e amigos do empossado.

# Paraná continua forte na AIMIB

Os magistrados que representam a chapa “AMB para os Magistrados - Justiça para o Brasil” protocolaram no dia 24 de setembro a candidatura à presidência do desembargador Roberto Bacellar, para o triênio 2014-2016 na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Nomes de peso, como os desembargadores do Paraná Miguel Kfouri Neto e Noeval de Quadros figuram no “time” formado por Bacellar. O ex-presidente do TJ-PR e da Amapar, Kfouri, ficará responsável pela Justiça Estadual. Noeval, que se aposentou voluntariamente neste ano,

*Roberto Bacellar protocola chapa que contará com a participação dos desembargadores Kfouri, Noeval e Sartori (SP).*

estará à frente dos magistrados aposentados.

Outra grata surpresa é a do desembargador Ivan Sartori, que atualmente exerce com destaque a presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Sartori destaca as qualidades de Bacellar, ao lembrar que o candidato traz grande experiência no campo associativo. “Fez um belo trabalho na Escola Nacional de Magistratura e é uma pessoa de caráter, honrada, séria e dedicada aos interesses da magistratura. Então, eu acho que é o candidato certo para ser eleito”.





**Garantias dos magistrados** - De acordo com Bacellar, a chapa defende as garantias inerentes à categoria. “A AMB para os Magistrados é a defesa do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), do reajuste do subsídio anual e das eleições diretas para os Tribunais, como uma forma de profissionalização da gestão do Poder Judiciário. Também é a luta para que prevaleça a aposentadoria aos 70 anos e contra as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que procuram retirar da Justiça Estadual a sua capilaridade perante a Justiça Eleitoral Brasileira. Enfim, a AMB para os Magistrados significa dizer uma associação que cumpre o artigo primeiro de seu estatuto, segundo o qual, “a AMB é dos Magistrados”. Por sua vez, Justiça para o Brasil significa resgatar bons programas como o Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola, que já atingiu 13 milhões de crianças no Brasil e dá uma grande legitimação social para a AMB”, explicou.

Questionado sobre a relação da instituição com a classe, o magistrado ressaltou o trabalho da Associação pelo fortalecimento da categoria. “Essa atuação terá como base um relacionamento muito franco, muito aberto e de defesa de prerrogativa das garantias e direitos dos magistrados, a fim de fortalecer o Poder Judiciário”, completou. As eleições da AMB estão marcadas para os dias 22 e 23 de novembro.



## A equipe de Beto

### Presidente

Desembargador Roberto Portugal Bacellar

### Vice-Presidentes

Vice-presidente de Assuntos Legislativos:

SP - Desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori

Vice-presidente de Cultura:

RS - Desembargador Carlos Cini Marchionatti

Vice-presidente de Interiorização:

RJ - Desembargador Fabio Dutra

Vice-presidente de Direitos Humanos:

BA - Juíza Graça Marina Vieira da Silva

Vice-presidente de Defesa de Prerrogativas:

CE - Desemb. Sérgia Maria Mendonça Miranda

Vice-presidente de Assuntos Ambientais e do

Estatuto da Criança e do Adolescente:

MG - Desemb. Kárin Liliane Emmerich e Mendonça

Vice-presidente Administrativo:

MT - Juiz Walter Pereira de Souza

Vice-presidente Institucional:

A - Juiz Heyder Tavares da Silva Ferreira

Vice-presidente de Assuntos do CNJ:

DF - Juíza Maria Isabel da Silva

Vice-presidente de Comunicação:

PE - Juiz Luiz Gomes da Rocha Neto

Vice-presidente de Esporte:

GO - Juiz Paulo César Alves das Neves

### Coordenadorias

Coordenador da Justiça Militar:

SC - Juiz Getúlio Corrêa

Coordenador da Justiça Federal:

RJ - Juiz Federal José Arthur Diniz Borges

Coordenador da Justiça do Trabalho:

RJ - Desembargador Nelson Tomaz Braga

Coordenador dos Aposentados:

PR - Desembargador Noeval de Quadros

Coordenador da Justiça Estadual:

PR - Desembargador Miguel Kfourri Neto

### Conselho Fiscal

RO - Desembargador Raduan Miguel Filho

BA - Juiz Rosalvo Augusto Vieira da Silva

PB - Juiz José Célio Lacerda de Sá

### Escola Nacional da Magistratura

Diretor-presidente:

SP - Desembargador Marco Antonio M. da Silva

Vice-diretor:

ES - Juiz Sérgio Ricardo de Souza

# Sede campestre Zeferino Krukoski

## Piraquara

Em 1968 a Amapar recebeu do Município de Piraquara uma área em torno de quatro alqueires, às margens do Rio Piraquara, na Rodovia do Encanamento. Dois anos após, já realizados os serviços de demarcação, escavação e compactação mecânica do terreno, foi construído um campo de futebol, atendendo a um projeto de sede campestre, idealizado por Mercer Júnior.

No ano de 1972 um novo traçado e asfaltamento da estrada Curitiba-Piraquara levou o governo estadual a desapropriar parte do imóvel e a Amapar perdeu uma faixa de 40 metros de testada. Para não inviabilizar o projeto inicial, a diretoria adquiriu um lote contíguo e elevado de 10 mil m<sup>2</sup>, de propriedade do advogado Dálio Zippin, valorizando a propriedade e diminuindo a sujeição a alagamentos.

As dificuldades financeiras decorrentes da política monetária da época levaram a Amapar a ceder o terreno em comodato a entidades idôneas. Assim o Corpo de Bombeiros ocupou uma pequena casa, a Rádio Capital desbastou um morrote e instalou sua antena de transmissão e o Clube de Ultraleves do Paraná aplinou a faixa ao longo da rua, prolongando o campo de pouso.

Findo o prazo, todos deixaram a área. O terreno foi cercado, vestiários construídos, um lago central solucionou os contínuos alagamentos e um muro de concreto impediu a presença de estranhos.

Graças ao esforço contínuo de tantas diretorias e de seus presidentes, a propriedade se tornou um clube social. Foram construídos e equipados quatro chalés, dois salões para festas, um salão esportivo, duas quadras de tênis, dois campos de futebol profissional, pista de bocha, quadra de vôlei, quatro churrasqueiras abertas, lago e pedalinhos, sauna, academia, uma casa exclusiva 'do pescador', ginásio de esportes, vestiário e cozinha próprios, parquinho infantil, sauna, duas quadras de tênis e uma de vôlei com arquibancada.

Em 2010, conforme aprovação da diretoria, o Sersocial transferiu suas atividades para as dependências do ginásio de esportes por uma entrada exclusiva, propiciando às crianças um local adequado para a prática esportiva.

Trilhas de passeio ao longo do rio respeitam a legislação ambiental e contribuem para a conservação da mata ciliar.

**Funcionários** - Atualmente, cinco funcionários atendem a sede de Piraquara: Danilo Tamanho, Adilson dos Santos Lopes, Andrea Ramos Justiliano, Edina Zmiewski e José Ribeiro dos Santos.

### Diretores da sede esportiva de Piraquara

**1975/80** - Zeferino Krukoski, Cláudio Nunes do Nascimento, Plínio Cachuba

**1981/82** - Marino Braga, Frederico Mattos Guedes, Orlando Rocha Faria

**1983/87** - Marino Bueno Brandão Braga

**1988/91** - Raul Luiz Guttmann

**1992/93** - José Aníbal Macedo Carneiro

**1994/95** - Robson Marques Cury

**1996/97** - Guilherme Luiz Gomes

**1998/99** - Marcos de Luca Fanchin

**2000/01** - Luiz Osório de Moraes Panza

**2002/03** - Sidney Bastos Marcondes

**2004/05** - João Vicente de Oliveira

**2006/07** - Jorge Sato, Eduardo Lino Bueno Fagundes

**2008/09** - José Augusto Gomes Aniceto, Vitor Roberto Silva

**2010/11** - Marco Vinícius Schiebel, Vitor Roberto Silva

**2012** - Marco Vinícius Schiebel

**2013** - Léio Henrique Furtado Araújo

*“O que bem identifica o caráter de um homem é a maneira como trata as mulheres.”* Émersom

**01 Estados Brasileiros que admitem o artigo:** O Acre, o Amazonas, a Bahia, o Ceará, o Espírito Santo, o Maranhão, o Mato Grosso do Sul, o Pará, a Paraíba, o Paraná, o Piauí, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Norte, o Rio Grande do Sul.

**02 Não admitem o artigo:** Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe.

**Observação:** para Alagoas e Minas Gerais admitem-se as formas poéticas: “As Alagoas” e “as Minas Gerais”.

**06 “Tropo”** (do grego “tropos” = desvio) quer dizer “emprego da palavra com sentido figurado”.

**07 a) Farinha de primeira** (indica superioridade).

**b) Farinha de segunda** (indica inferioridade).

**08 a) Enganar alguém.**

**b) Enganar-se com alguém.**

Observe a diferença entre as duas regências verbais. Ambas corretas, mas com sentido diverso.

**03** Não confundir **“insipiente”** com **“incipiente”**. A palavra insipiente (com “s”) designa aquela pessoa que não é sapiente; ignorante. Já incipiente (com “c”) significa que está no começo; principiante.

**04 a) Chácara** pequena propriedade campestre.

**b) Xácara** narrativa popular em verso.

**05 Lavamo-nos, lavais-vos.** No primeiro caso, o “s” foi assimilado pela nasal (“n” de “nos”: lavamo-nos, em vez de lavamos-nos). No segundo caso, não houve assimilação.

**09 Osteoporose**  
Pronuncie bem:  
os-te-o-po-ro-se!  
E não como ouvimos  
no rádio: ostoporose.

**10 Dia primeiro de maio.** Para o primeiro dia do mês usa-se o ordinal. Muita gente escreve: “Curitiba, 01 de maio de 2004”. Não. O certo é “...1.º de maio...” Usam-se os cardinais nos outros dias do mês, assim como para indicar as horas e os anos.

# Futurismo



## Artistas e obras

**Arte + Ação + Vi-da = Futurismo.** O movimento, criado em 1909, marca a divisão no desenvolvimento cultural Italiano, inserido na arte moderna, tal como o Expressionismo, Cubismo e outros... o Futurismo foi fundado através da publicação de um manifesto que consiste em 11 itens, proclamando a ruptura com o passado nas artes e a identificação do homem com a máquina, a velocidade e o dinamismo do novo século.

Tomaram como ponto de partida a modernidade, buscando as novidades tecnológicas nas práticas artísticas vigentes da época. Inúmeros artistas italianos aderiram à nova forma de arte em diversos campos – literário, artes visuais, teatro, artesanato, música, fotografia - com o intuito de renovação da vida em todos os aspectos sociais e estéticos.

Filippo Tommaso Marinetti era reconhecidamente o líder do movimento, desenvolvendo uma nova concepção da arte, por meio da revolução industrial tecnológica, exaltando a ciência a técnica com apelo fortemente poético e emotivo.

Marinetti, em seu romance *Mafarka-Le-Futuriste*, publicado em 1910, retratou o super-homem (máquina-homem-híbrida). A visão mítica de um novo mundo, lembra claramente Friedrich Nietzsche em seu poema-prosa filosófico, *Assim Falou Zarathustra*, publicado em 1883 e 1885 e que se tornou leitura obrigatória para inúmeros artistas antes e depois da virada do século. A personagem de Nietzsche, Zarathustra, previu a vinda de um super-homem, que viria suplantar o comodismo e, portanto, o homem e a mulher atual. Tal como Marinetti, Nietzsche ataca os tacanhos valores burgueses e não poupa quase nenhuma área às suas críticas, seja ela o Estado, a Igreja, a literatura ou a ciência.

Artistas que aderiram à inovação foram em busca do dinamismo e a simultaneidade contagiados pelos movimentos das máquinas, a energia que dela emana pela força da velocidade, defensores entusiásticos da moderna tecnologia da exaltação da velocidade e de uma beleza nova que não decorre da harmonia, mas da agressividade e da luta.

Umberto Boccioni, pintor e escultor, figura chave ao lado do escritor Marinetti no Futurismo, formou-se em Roma juntamente com outros artistas futuristas como Boccioni, Russolo, Carrà, Severini no atelier de Giacomo Balla, demonstraram o entusiasmo criativo reunindo a totalidade das sensações plásticas, empreendendo grandes esforços em conformidade com a nova visão do mundo futurista, de acordo com a qual o mundo estava em movimento dinâmico e carregado de energia.

Para o artista Boccioni, a sensação dinâmica é o principal valor da sua arte, associada aos princípios do Cubismo, entende sua arte como algo místico, ligado à inteligência superior, a natureza, direcionando sua arte mais aos valores de uma filosofia romântica e idealizada do que à celebração da modernidade. Suas pinturas e esculturas expressam o movimento, a velocidade, aspectos mecânicos e velocidade abstrata. A construção que explora a potencialidade plástica do objeto, concebido em suas linhas vivas que revelam a decomposição, apresentam a maior representatividade do que foi o movimento Futurista, especialmente a escultura famosa **Formas Únicas de Continuidade no Espaço** e o exemplar de sua pintura na obra **A Rua Penetra na Casa**.

A pintura **A Rua Penetra na Casa** (*La strada entra nella casa*) é um dos quadros da exposição itinerante de obras futuristas (1912). Sua pintura abordou temas político-anarquistas, cenas de grande movimentação de figuras e movimento. A figura feminina debruçada sobre a sacada observa a vida da cidade, tal como o espectador em frente à pintura. Os edifícios inclinam-se para a frente, são multifacetados como cristais, quase que uma abstração, tudo no quadro parece implodir e fluir para a cabeça da figura. A sua mente é o foco das percepções sensoriais e reservatório das múltiplas impressões evocadas pela cena.

A escultura **Formas Únicas de Continuidade no Espaço** é um marco do movimento Futurista e da cultura do modernismo europeu. O movimento da forma decompõe a materialidade do corpo. A peça estrutura-se em torno da forma de um cilindro aplicando o princípio da decomposição na forma de uma garrafa em um movimento espiralado. Rompe com a tradição de Rodin procurando solucionar todos os aspectos da forma dinâmica na linguagem tridimensional.

# A Deusa Minerva

Chovia muito. Noite fria. Escura. Ouvi ruídos. O que poderia ser? Levantei silenciosamente. Eram duas da madrugada. Aproximei-me da porta. O barulho vinha dali. Parece que pretendiam arrombá-la. Olhei cautelosamente pela janela e qual foi meu espanto: do lado de fora estava um cachorro, todo molhado pela chuva.

Fiquei zangado. Se seria hora de ser acordado por um vira-lata! Abri a porta para enxotá-lo. Foi quando percebi que o animal estava ferido. Havia sangramento em uma de suas pernas. Resolvi cuidar dele, ou melhor, dela. Era uma fêmea. Levei-a para a área de serviço. Fiz-lhe um curativo. Dei-lhe comida e leite. Deixei-a deitada sobre um velho cobertor e retornei para a cama.

No dia seguinte, a vira-lata estava bem melhor. Saudou-me, como que a agradecer pela acolhida.

Os dias passaram. Minerva – foi este o nome que lhe dei – ficou minha amiga. Era muito esperta e inteligente. Ensinei-lhe várias coisas, dentre as quais ir até à banca da esquina com uma cesta no pescoço buscar o jornal.

Era carinhosa e valente. Fazia questão de demonstrar que era a guardiã da casa. Principalmente, quando o gatinho teimoso se aproximava em sua costureira visita noturna.

Assim, convivemos por muito tempo.

Numa noite, entretanto, algo de dramático e espetacular aconteceu. Minerva começou a latir com insistência, muito diferente da forma que o fazia quando dava um susto no pretinho teimoso.

Saí para averiguar. Então alguém disse muito convictamente, apontando-me um revólver: “se tu se mexer, morre”.

Olhei para o homem e senti que havia chegado o meu fim. Nesse momento, num repente, Minerva saltou furiosamente sobre o ladrão, com o que aproveitei para entrar e fechar a porta.

Em seguida, ouvi um tiro e pensei que a minha pobre Minerva tivesse morrido. No entanto, ela continuou a latir e tendo chegado vizinhos, o homem saltou o muro e desapareceu.

Abricei-a acaloradamente. Agora, ela era muito mais importante para mim. Havia salvado a minha vida. Devolvera-me em dobro o carinho e a dedicação que havia lhe dispensado naquela noite chuvosa quando, por milagre, viera ter à minha porta.

Dias atrás, entretanto, pareceu-me estranha. Andava impaciente de um lado a outro da casa. Aproximava-se como que querendo agradecer ou se despedir – como mais tarde fui constatar.

Pouco depois, tomou o rumo da rua. Pensei que tivesse avistado o pretinho teimoso do outro lado.

Ouvi um ruidoso som de frenagem de automóvel. Corri desesperadamente para a rua, mas não avistei no primeiro olhar minha corajosa Minerva. Escutei, todavia, uma mulher dizer à outra: “aquele automóvel que acabou de passar atropelou um vira-lata ali na esquina”.

Não poderia ser a minha Minerva. Ela não era um vira-lata. Era, sim, uma corajosa e sábia cachorra que me salvara a vida.

Não poderia ser, mas era! Minerva estava envolta em uma poça de sangue. Aproximei-me e ajoelhei. Ainda estava viva. Olhou para mim e me reconheceu, porquanto abanou a cauda. Depois, estalou os olhos e ficou inerte.

Debrucei-me sobre ela e chorei. Ela, tão frágil, salvara-me a vida e eu, que me julgava tão forte, deixei-a morrer sem poder fazer nada. Que ingrato fui eu!

Enterrei-a no fundo do quintal, onde afixei sobre o seu pequeno túmulo uma estátua da deusa Minerva.

Todas as noites, o pretinho teimoso vem fazer sua visita costureira e, curiosamente, fica a olhar por alguns instantes para aquela estátua ali no fundo do quintal.

O que pensa, não sei. Só sei que depois de algum tempo, ele se afasta devagarzinho, cabisbaixo... e se perde na noite, como eu me perco na saudade!

O pior da morte... é que ela deixa a lembrança viva daqueles que a gente nunca mais vai poder ver.

# Zorba, o Grego

O Zorba, o Grego (1964) é uma adaptação para o cinema do romance homônimo de Nikos Kazantzakis. O filme inicia com a chegada de um escritor inglês, Basil (Alan Bates), à Grécia, onde pretende pôr em prática um novo projeto de vida, pois há seis meses não consegue escrever mais nada. Basil tem ascendência grega e recebeu como herança um bem na ilha de Creta, o qual, no passado, fora explorado como mina de carvão. Sua intenção é restabelecer as atividades da mina, enquanto permanece sem inspiração para escrever.

Logo no desembarque, Basil conhece Alexis Zorba (Anthony Quinn) e este rapidamente convence Basil a acompanhá-lo em Creta, sob o argumento de ter experiência em mineração.

Já nesse primeiro contato, percebe-se que Zorba é a antítese de Basil. Este é o modelo do correto, do ponderado, da discrição, da boa educação. Zorba é debochado, extrovertido e dá altas gargalhadas mesmo em situações banais. Há, assim, uma espécie de encontro entre o “dever ser” e o “ser”. De razão e emoção.

Esse antagonismo de personalidades se destaca em várias passagens do filme. Em certo momento, Zorba avista um golfinho no mar e quer compartilhar aquela sensação de encantamento com Basil. Basil, porém, reage com indiferença à cena. Zorba então lhe pergunta: “você é escritor e não se encanta com o mundo? Como pode ser isso? Escritores não são sensíveis?”

A cena faz lembrar Schopenhauer, quando, na obra “A arte de escrever”, anotou: “o excesso de leitura tira do espírito toda elasticidade, da mesma maneira que uma pressão contínua tira a elasticidade de uma mola. O meio mais seguro para não possuir nenhum pensamento próprio é pegar um livro nas mãos a cada minuto livre. (...) Os eruditos são aqueles que leram coisas nos livros, mas os pensadores, os gênios, os fochos de luz e promotores da espécie humana são aqueles que as leram diretamente no livro do mundo”.

O filme avança e Zorba e Basil conhecem diversas pessoas no vilarejo de Creta e dramas humanos de cada qual. Há a dona da pensão com o sugestivo nome “Hotel Ritz”, uma idosa solitária que vive de lembranças de seus casos amorosos como forma de negar uma doença terminal. Há, também, a “viúva da janela”, uma

mulher jovem e bela que se deparou com a morte do marido muito cedo, mas que continua viva e despertando a atenção masculina local, além dela própria ter seus sonhos e desejos, o que acaba por lhe custar um elevado preço ao confrontá-los com os preconceitos do local. Estas duas histórias paralelas, da mesma forma, expõem a natureza antagonista e complexa do ser humano.

Mais adiante, Zorba e Basil começam a pôr em prática o projeto de reativação da mina. Para isso, deparam-se com uma série de adversidades que vão sendo desembaraçadas aos poucos com muita determinação. Isto, porém, não garante o êxito da empreitada; não ao menos como se esperava e é aqui o ponto culminante do filme. Aprender a lidar tanto no aspecto racional, como, sobretudo, no emocional quando a vida e/ou o mundo negam nossos planos, metas ou objetivos; sonhos ou desejos.

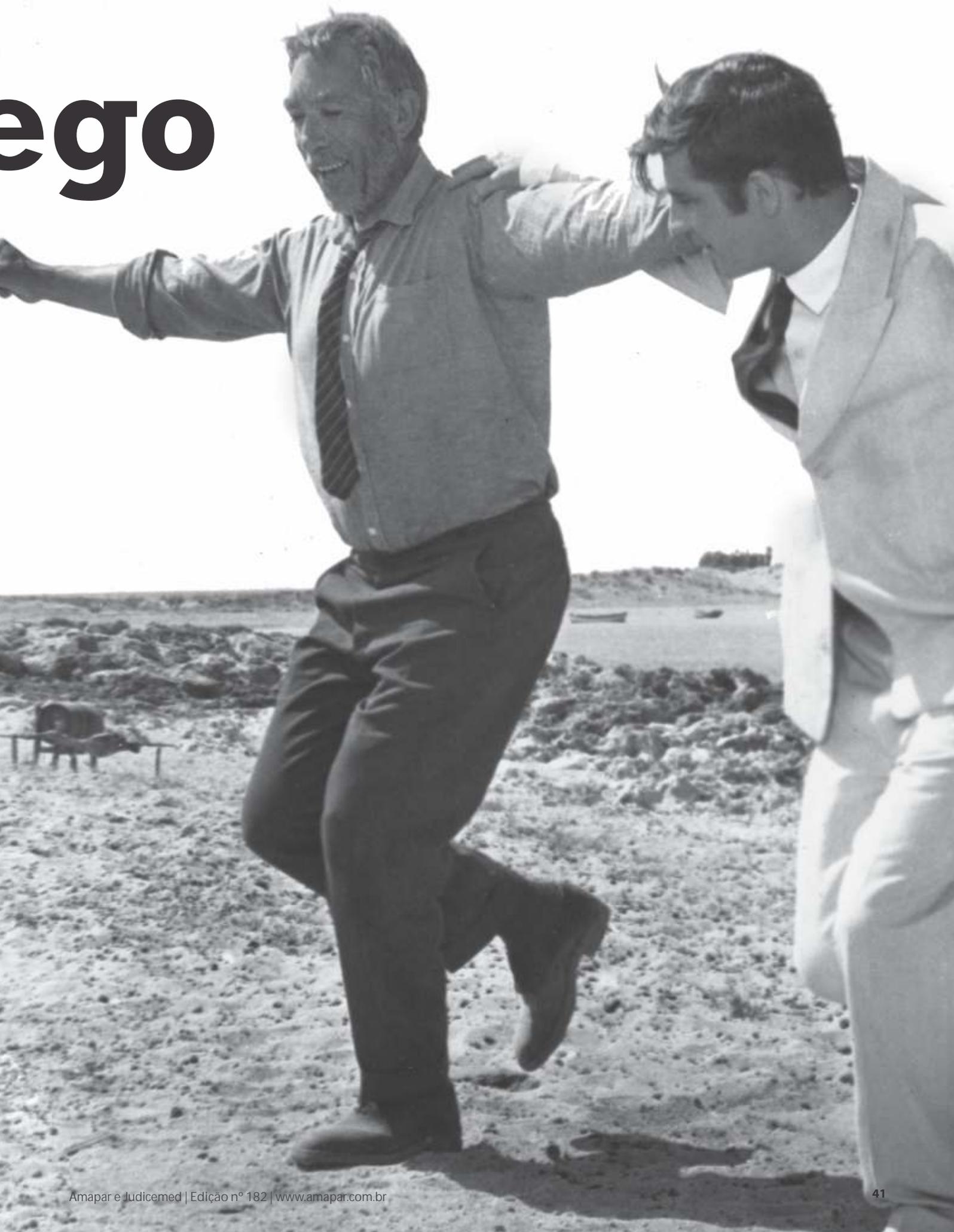
O final é marcado com uma bela e emocionante cena que une personalidades supostamente antagonistas, por meio da arte, no caso mediante a conjugação de música e dança, à beira-mar, ao som de Sirtaki, de Mikis Theodorakis.

A cena e o próprio filme remetem a Nietzsche, o qual, em “O Nascimento da Tragédia”, colocou Apolo e Dionísio como personalidades distintas e, aparentemente opostas entre si – Apolo seria o racional e Dionísio a emoção – para, a partir daí, fazer duras críticas ao pensamento filosófico ocidental. Segundo Nietzsche, o “ponto fraco” da filosofia ocidental a contar de Sócrates consistiu em se focar em demasia na razão e deixar de lado a emoção. Esta postura influenciou todo pensamento ocidental e teve seu ápice com o surgimento da ciência, a qual, por sua vez, prima pela objetividade, certeza e segurança. Com isto, o ser humano acaba sendo visto apenas em parte e não em seu todo, como antes era retratado na mesma Grécia Clássica, na fase das Tragédias de Ésquilo, Sófocles ou Eurípedes.

Para Nietzsche a solução para isto estaria na reconciliação entre estes dois lados (razão e emoção), o que somente seria possível com a arte (estética), em especial com a música, capaz de despertar e expressar as mais diversas e sutis emoções humanas.

Basil e Zorba não são opostos. Eles não se repelem, tampouco se atraem. Eles se completam.

# ego



# Agenda de eventos

## Revista Responsabilidade Social

Lançamento no dia 31 de outubro, na sala de lanches do 2º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça, a partir das 19h.

## Toga e Literatura nº 10

Lançamento da revista cultural da Amapar será no dia 11 de novembro, às 19h, no 2º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça.



## Feijoada arrecada mais de R\$ 20 mil

A quinta edição da tradicional Feijoada Fraterna da Amapar, realizada dia 21 de setembro na sede de Piraquara da Amapar, arrecadou mais de R\$ 20 mil com a venda de convites e bebidas. Compareceram ao evento mais de 400 pessoas, como o atual presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Guilherme Luiz Gomes, o 1º vice-presidente da Corte, Paulo Vasconcelos e a 2ª vice-presidente da instituição, Dulce Cecconi. Segundo o juiz Fernando Ganem, atual dirigente da Amapar, o objetivo da Feijoada, além da arrecadação de fundos para o Sersocial, promove a verdadeira união em torno do associativismo.

## Temporada de Guaratuba

A Amapar informa que estão abertas as inscrições para a temporada de verão na colônia de férias de Guaratuba. O sorteio dos apartamentos será realizado em ato público, no dia 14 de novembro, às 10h, na sede administrativa da Amapar. Mais informações acerca do regulamento e períodos no site [www.amapar.com.br](http://www.amapar.com.br).

# Nova Sede

Um grupo de magistrados visitou no início do mês de outubro as obras da nova sede administrativa que comportará os serviços da Amapar e Judicemed. De forma unânime, os associados destacaram o avanço e a grandiosidade do empreendimento, que está com mais de 75% dos trabalhos concluídos, como explicaram os engenheiros responsáveis. A nova etapa do projeto consiste na escolha dos materiais para o acabamento da obra. Segundo os cálculos dos técnicos, a “nova casa” da Amapar deverá ser entregue entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014.



# Como emagrecer e permanecer magro

O desejo de perder alguns quilos leva as pessoas a se submeter às mais variadas dietas, esquecendo suas necessidades nutricionais. Emagrecem, mas muitas vezes engordam novamente, sofrendo o temível efeito sanfona e suas consequências. Dietas da moda podem surtir efeito, mas são soluções temporárias. É necessário um investimento na saúde para alcançar a perda de peso duradoura. É importante que se encontre um método cientificamente comprovado que incentive uma alimentação equilibrada e a realização de atividades físicas, aquisição de hábitos saudáveis e que conte com um grupo de apoio.

A solução definitiva para o emagrecimento saudável só pode acontecer trilhando este caminho. Estudos realizados pelo Ministério da Saúde indicam que o excesso de peso e a obesidade vêm aumentando no país, e estes números não param de crescer. O sobrepeso e as doenças ligadas a ele - diabetes, hipertensão arterial, depressão, entre outras - comprovam que é importante desenvolver ações preventivas para manter o peso saudável e conseqüentemente a saúde física, mental e emocional. É a conquista da qualidade de vida e bem-estar.

Mas quem quer realmente emagrecer e permanecer magro tem que contar com respaldo e motivação. Segundo estudos, a maneira como se emagrece faz toda a diferença na manutenção do novo peso. Um programa criado nos Estados Unidos há mais de 45 anos se propõe a auxiliar seus associados nesta tarefa, orientando nas opções alimentares saudáveis. São os Vigilantes do Peso. A perda de peso neste programa é gradativa, todos os tipos de alimentos estão liberados, e em reuniões semanais discutem-se as dificuldades encontradas pelos participantes.

Entre os que alcançaram um peso ideal estão os que completaram as seis semanas de manutenção preconizadas pelo programa, e mesmo após dois anos, mantinham 66% do peso perdido. Depois de cinco anos, 48% da perda ainda era mantida. Resultados excelentes se comparados aos de outros programas de emagrecimento. No entanto, existem fatores determinantes para que um programa de redução de peso seja bem sucedido.

Entre eles, estão metas e estratégias realistas que se adaptem à sua rotina e as suas necessidades. Nas reuniões são fornecidas dicas sobre alimentação e atividades físicas, que auxiliam na perda de peso contínua e duradoura e a possibilidade de troca de informações com os que estão no “mesmo barco”. Pesquisas comprovam que estas injeções de ânimo e entusiasmo que se recebe nas reuniões semanais auxiliam os participantes a perderem três vezes mais peso do que os que tentam emagrecer por conta própria.

*\*Material encaminhado pela equipe Judicemed*

**JORNALISTA RESPONSÁVEL / EDIÇÃO** Rômulo Cardoso **EDIÇÃO GRÁFICA** Bruna Zonatto **REVISÃO** Maurício Bevervanso **FALE CONOSCO** Críticas, sugestões e comentários podem ser enviados para o e-mail [imprensa@amapar.com.br](mailto:imprensa@amapar.com.br) ou pelo telefone (41) 3017-1622. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da nossa revista. Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da **Associação dos Magistrados do Paraná**.

**AMAPAR - GESTÃO 2012/2013 DIRETORIA** - **Presidente** Fernando Swain Ganem **1.º Vice-Presidente** Frederico Mendes Junior **2.º Vice-Presidente** Hélio César Engelhardt **4.º Vice-Presidente** Carmen Lucia Rodrigues Ramajo **5.º Vice-Presidente** Haroldo Bernardo da Silva Wolff **6.º Vice-Presidente** Sergio Luiz Kreuz **1.º Secretário** Diego Santos Teixeira **2.º Secretário** Marcio José Tokrs **1.º Tesoureiro** Leo Henrique Furtado de Araujo **Diretores Executivos** Fabio Ribeiro Brandão, Noeli salete Reback, João Luiz Manasses de Albuquerque, Geraldo Dutra de Andrade Neto, Antonio José Carvalho da Silva Filho, Jurema Carolina da Silveria Gomes, Luiz Fernando Thomasi Keppen, Lidia Munhoz Mattos Guedes **APOIO Apoio e Valorização ao Magistado** Ronaldo Sanso Guerra **DEPARTAMENTOS Segurança** Carlos Henrique Licheski Klein **Boas Práticas** Joeci Machado Camargo, Suzana Massaki Hiramal L.de Oliveira, Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, Diego Santos Teixeira **Aposentados** Munir Karam **Assuntos Legislativos** Fabio Bergamin Capela **Assuntos Previdenciários** Marco Antonio da Cunha Araujo **Comunicação Social** Rogerio Ribas **Vice Diretor** Marcelo Pimentel Bertasso **Convênio** Francisco Carlos Jorge **Cultural** - **Diretor** Evandro Portugal **Membros** Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueri Sanches **Divulgação e Revista** Joatan Marcos Carvalho **Esportes** Luiz Taro Oyama **Atletismo** Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira **Futebol** Davi Pinto de Almeida **Informática** Rui Portugal Bacellar **Integração** - **Curitiba, RMC e Litoral** Nilce Regina Lima **Integração** - **Interior** Laryssa Angélla Copack Muniz **Direitos Humanos** Oswaldo Soares Neto **Memória e Arquivo** Chloris Elaine Justen de Oliveira **Motociclismo** Edgar Fernando Barbosa **Mútua** Themis Almeida Furquim Cortes **Obras** - **Diretor** Alexandre Barbosa Fabiani **Obras** - **Vice-Diretor** Horacio Ribas Teixeira **Ouvidoria** Rosicler Maria Miguel Vigna Mandorlo **Patrimônio** Fernando Ferreira de Moraes **Pensionistas** Marília de Oliveira Viel **Planejamento Estratégico** Fabio Andre Santos Muniz **Recursos Humanos** Maria Roseli Guiesmann **Sersocial** - **Diretor** Joel Pugsley **Sersocial** - **Membros** José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann **Social** Fabiane Pieruccini **Vices** Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa, Andrea Fabiane Groth Busato **Tênis** - **Diretor** Wilson Jose de Freitas Junior **Vice-Diretor** Andre Carias de Araujo **SEDES Colombo** - **Vice Diretor** José Luiz Dosciatti **Foz do Iguaçu** - **Diretor** Geraldo Dutra de Andrade Neto **Vice-Diretor** Nicola Frascatti **Guaratuba** - **Diretor** Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch **Vice-Diretor** Giovanna de Sá Rechia **Londrina** - **Diretor** Ademir Ribeiro Richter **Maringá** - **Diretor** Antonio Mansano Neto **Maringá** - **Vice-Diretor** José Camacho Santos **Pilarzinho** - **Diretor** Silvio Binbara **Vice-Diretor** Romero Tadeu Machado **Piraquara** - **Diretor** Marcos Vinicius Schiebel **Vice-Diretor** Vitor Roberto Silva **Ponta Grossa** - **Diretor** Jurema Carolina da Silveria Gomes **Vice-Diretor** Noeli Salette Tavares Reback **CONSELHO FISCAL Presidente** Luiz Carlos Gabardo **Membros** Adalberto Jorge Xisto Pereira, Ana Lucia Lourenço, Irineu Stein Junior, Laryssa Angélla Copack Muniz, Marcos Antonio Souza Lima, Jose Roberto Silverio, Carlos Eduardo Mattioli Kochanny, Edson Jacobucci Rueda Junior **Suplentes** Fernando Bueno da Graça, Ariovaldo Stropa Garcia, Patricia Roque Carbonieri, Walter Ligeiri Junior, Vanessa de Blassio Mazzutti **EMAP Diretor Geral** Joscelito Giovanni Cé **Supervisor Pedagógico** José Laurindo de Souza Netto **Coord. Geral de Cursos** Luciano Campos de Albuquerque **Coord. Formação Inicial** Luciano Campos de Albuquerque **Curitiba** - **Diretor** Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes do Amaral, Rafael Vieira de Vasconcelos Pedroso **Cascavel** - **Diretor** Rosaldo Elias Pacagnan **Foz do Iguaçu** - **Diretor** Marcos Souza Lima **Maringá** - **Diretor** Willian Artur Pussi **Ponta Grossa** - **Diretor** Guilherme Frederico Hernandes Denz **Umuarama** - **Diretor** Maíra Junqueira Moretto Garcia **JUDICEMED Presidente** Fernando Swain Ganem **Vice-Presidente** Luciano Carrasco Falavinha Souza **Diretor Financeiro** Luis Carlos Xavier **Conselho Fiscal** - **Presidente** Valter Ressel **Membros** Marco Antonio Massaneiro, Raul Vaz da Silva Portugal **Suplente** Michela Vechi Saviato **Conselho Gestor** Antonio Renato Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini

*Coloque seus  
sonhos na estrada.*



# O BOM NA VIDA



**Crédito Veículo Banco do Brasil.**  
O bom da vida é poder ir mais longe.

Bom é poder financiar o carro que você deseja com taxas reduzidas e até 59 dias para começar a pagar. Bom é contar com um banco que supera suas expectativas para você viver o lado bom da vida.

Converse com o seu gerente e saiba mais.



@bancodobrasil



/bancodobrasil

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 • Ouvidoria BB 0800 729 5678  
• Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722  
• Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088

bb.com.br/estilo